

**REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE PASSOS/MG
TEMA: SEGURANÇA PÚBLICA**

RELATÓRIO PRELIMINAR

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES.....	2
1 INTRODUÇÃO: PENSANDO SEGURANÇA PÚBLICA A PARTIR DA PERSPECTIVA DO MUNICÍPIO.....	3
2 ANÁLISE QUANTITATIVA DAS OCORRÊNCIAS DE CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE PASSOS.....	8
3 ENTREVISTAS REALIZADAS COM ATORES CHAVE NO MUNICÍPIO DE PASSOS.....	26
4 CONCLUSÃO: DIRETRIZES E AÇÕES EM SEGURANÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PASSOS.....	42

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

Caps-AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
Caps-I	Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil
Centro-POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
CMDCA	Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
Concid	Conselho da Cidade
Consep	Conselho Comunitário de Segurança Pública
Cramp	Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Passos
Cras	Centro de Referência de Assistência Social
Creas	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CT	Conselho Tutelar
CTMG	Comando Terrorista de Minas Gerais (organização criminal)
DPMG	Defensoria Pública de Minas Gerais
Gepar	Grupo Especializado de Policiamento em Área de Risco
GGIM	Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Segurança Pública
MPMG	Ministério Público de Minas Gerais
OSPC	Observatório de Segurança Pública Cidadã
PCC	Primeiro Comando da Capital (organização criminal)
PCMG	Polícia Civil de Minas Gerais
PMMG	Polícia Militar de Minas Gerais
Sejusp-MG	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais

**REVISÃO DO PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE PASSOS/MG
TEMA: SEGURANÇA PÚBLICA**

RELATÓRIO PRELIMINAR

NÚCLEO DE ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA (NESP)

Luís Felipe Zilli do Nascimento – Coordenador

Amanda Mátar de Figueiredo

Eduardo Cerqueira Batitucci

Karina Rabelo Leite Marinho

Marcus Vinícius Gonçalves da Cruz

1 INTRODUÇÃO: PENSANDO SEGURANÇA PÚBLICA A PARTIR DA PERSPECTIVA DO MUNICÍPIO

Temas ligados à segurança pública têm se tornado cada vez mais centrais nas discussões públicas no Brasil das últimas décadas, no mesmo sentido em que crescem os indicadores de suas fragilidades – tantos os indicadores de violência e criminalidade, quanto exemplos de desarticulação entre as forças públicas responsáveis pelo seu enfrentamento e os embates sem vislumbre de consenso sobre pautas polêmicas, como armas e drogas.

Compreender o contexto dessas fragilidades passa, necessariamente, por situar a estrutura pública que o conforma e, nesse sentido, pensar segurança pública é tratar do conjunto de instituições e relações que dizem respeito à forma como o Estado administra conflitos e ordem sociais, previne e controla a criminalidade e a violência.

A constituição histórica do campo da segurança pública no Brasil deu-se de forma desvinculada da atribuição de promover direitos, dado que as forças públicas de segurança se constituíram em torno das ideias de “defesa do Estado” e da estruturação da ordem pública dos centros urbanos em desenvolvimento nos primeiros tempos do país. Isso nos conduziu, em termos de trajetória, para o modelo atual, qual o “crime” ainda é a principal categoria operativa com a qual trabalham os órgãos de segurança pública, em uma perspectiva repressiva e reativa, pouco desenvolvida em capacidades de compreensão das

dinâmicas sociais associadas aos eventos criminais e, por isso, pouco reconhecidos e dotados de baixa legitimidade frente à sociedade.

Só muito recentemente modelos alternativos de abordagem (mais do que de enfrentamento) começam a ganhar espaço nesse campo, e pautas específicas como prevenção à criminalidade e transversalidade da política de segurança pública (em relação às demais políticas públicas e sociais) passam a recolocar alguns focos tradicionais do “pensar” a segurança pública no Brasil.

Um dos mais importantes reposicionamentos de foco diz respeito à tradicional atribuição de responsabilidades governamentais pelos problemas de segurança pública. Embora historicamente os problemas de segurança pública sempre tenham sido associados às instituições que estão na “linha de frente” (inclusive constitucionalmente) da resposta pública, ou seja, as polícias e o sistema de justiça criminal dos estados da Federação, recentemente tem-se reconhecido o importante papel do governo federal, como indutor e financiador de políticas mais amplas, e dos próprios municípios na compreensão mais refinada das realidades locais que afetam a violência e a sensação de segurança das comunidades.

Além do maior alinhamento na atuação dos entes federados (União, estados e municípios) nas pautas de segurança pública, também tem ficado evidente a relevância da coordenação de atuações do emaranhado de instituições públicas que trabalham em cada uma dessas esferas federativas. Em outras palavras, a segurança pública é pauta direta e específica para polícias estaduais e federal, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Ministério da Justiça e Segurança Pública, secretarias estaduais de segurança pública, órgãos de administração prisional estaduais, guardas municipais e demais pastas no município que tratam do tema. É imprescindível, portanto, um desenho que coordene minimamente atribuições, prioridades e estratégias para que os esforços de todos esses atores públicos sejam despendidos com eficiência e efetividade.

E mais: o reposicionamento de foco pelo qual tem passado a temática da segurança pública nos anos recentes tem incorporado novos atores governamentais, ainda que indiretamente, como vozes relevantes e necessárias no planejamento de intervenções bem sucedidas nesse campo. Datam da década de 1990 esforços capitaneados por

organizações internacionais para o desenvolvimento humano (como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) no sentido de promover uma perspectiva integrativa nas ações e políticas públicas com vistas à ampliação das capacidades e oportunidades dos indivíduos. Nessa perspectiva integrativa, fatores sociais como violência, conflito e insegurança são obstáculos ao pleno exercício das capacidades humanas e a segurança pública (nesse desenho, reconceituada de “segurança cidadã”) tem como principal tarefa a contribuição na promoção do bem estar das pessoas – a cidadania passa a ser o principal objeto da proteção estatal. As políticas públicas de segurança cidadã, então, estão voltadas para a prevenção e o controle do crime a partir da consideração das situações de risco e baixo capital social (como organização coletiva, de valores e prática, confiança nas relações sociais) que se reproduzem em contextos comunitários locais. Em outras palavras, a segurança cidadã se aprofunda na compreensão do contexto da criminalidade e reconhece o protagonismo do território como espaço de entendimento das dinâmicas e construção de intervenções. O exercício dessa tarefa exige, portanto, um diálogo transversal com os demais atores envolvidos na promoção de direitos e desenvolvedores de políticas públicas e sociais (como planejamento urbano, assistência social, saúde, educação etc.), cada um contribuindo com seu conhecimento de forma colaborativa no desenho de soluções que culminem na melhoria da qualidade de vida e da sensação de segurança das pessoas e comunidades – mais do que somente na redução dos índices de criminalidade.

Nesse sentido, reconhecendo a importância do desenvolvimento de políticas públicas de base local, intersetoriais e multinível para a promoção da segurança cidadã, o município se torna *locus* privilegiado de atenção e se torna central a constituição de suas capacidades institucionais para tal tarefa. Não se trata aqui de colocar sobre o ente municipal maior peso nas atribuições que são, inclusive por força da Constituição, distribuídas majoritariamente a partir do ente estadual, nem de onerar a estrutura limitada com a qual operam grande parte dos municípios de pequeno porte do país. Trata-se, por outro lado, de reconhecer capacidades já existentes, que podem ser mobilizadas a favor da perspectiva integrativa desenvolvida pela pauta da segurança cidadã com a finalidade de prevenir e mitigar os problemas de violência e criminalidade das comunidades locais.

São ações, por exemplo, de articulação entre órgãos e entre órgãos e comunidades para formação de redes de assistência e prevenção social à criminalidade – ou seja, criação de espaços de intercâmbio de informações e providências sobre vulnerabilidades e violência que possam ser beneficiados do trabalho já em andamento das políticas de saúde, educação, assistência social e dos conselhos comunitários. Muitas vezes, os equipamentos públicos reconhecem partes de um diagnóstico mais amplo de violência a partir das vulnerabilidades que lhes chegam no cotidiano (por exemplo, crianças com comportamento turbulento nas escolas e que apresentam sinais de violência intrafamiliar), e a formação de redes em que esse cenário completo possa ser estruturado é fundamental para a resolução dos temas.

Também faz parte do escopo de capacidades possíveis para os municípios na perspectiva da segurança cidadã a utilização de políticas de planejamento e regulação urbana como ferramentas de design ambiental e prevenção à criminalidade. A revitalização de espaços públicos, o desenvolvimento de programas de incentivo do uso e ocupação desses espaços e a regularização do acesso a bens e serviços como transporte e iluminação públicos são exemplos de ações que atuam na redução de oportunidades para o cometimento de crimes (a chamada prevenção situacional), ao mesmo tempo em que desenvolvem sentidos de organização e pertencimento comunitários que são relevantes para a redução da ocorrência de situações de desordens e incivildades, as quais podem escalar para conflitos mais graves. Trata-se, portanto, de exemplos de articulação da política pública de planejamento urbano já desenvolvida pelo município na promoção de ações de segurança pública e cidadã.

O percurso até aqui realizado permite compreender a relevância de se conhecer a realidade municipal no planejamento de intervenções compreensivas e sólidas no que diz respeito à segurança dos cidadãos e das comunidades, motivo pelo qual o presente documento consolida as informações dessa temática constituídas para o município de Passos, no bojo do conjunto de trabalhos em desenvolvimento na revisão de seu plano diretor.

Duas são as dimensões analíticas do presente documento. De um lado, mobilizam-se informações quantitativas sobre o fenômeno da criminalidade no município,

como parâmetro para compreensão da dimensão e contornos das questões de segurança pública. De outro, apresentam-se informações qualitativas relativas ao que se convencionou chamar de “percepção dos atores chave”, recolhidas a partir de entrevistas com representantes das forças de segurança pública presentes no município e de outras áreas de políticas públicas e sociedade civil organizada que, atuando em diferentes dimensões da vida comunitária, puderam qualificar, em algum nível, o diagnóstico das vulnerabilidades dos territórios e fornecer indicativos de caminhos viáveis para a proposição de intervenções.

2 ANÁLISE QUANTITATIVA DAS OCORRÊNCIAS DE CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA NO MUNICÍPIO DE PASSOS

A mensuração dos níveis de criminalidade no Brasil é feita usualmente a partir de um conjunto de indicadores parametrizados¹ que refletem diversos tipos de violência nos territórios. Em Minas Gerais, o principal indicador utilizado é a chamada “taxa de **crimes violentos**”, que é uma razão simples composta pelo somatório de determinados tipos de crimes registrados nas localidades, para cada grupo de 100 mil habitantes. Atualmente, tal indicador é composto por 13 modalidades de crime²: (1) homicídio consumado; (2) homicídio tentado; (3) roubo consumado; (4) roubo tentado; (5) estupro consumado; (6) estupro tentado; (7) estupro de vulnerável consumado; (8) estupro de vulnerável tentado; (9) extorsão consumado; (10) extorsão tentado; (11) extorsão mediante sequestro consumado; (12) sequestro e cárcere privado consumado; (13) sequestro e cárcere privado tentado. Do ponto de vista da gestão pública, a vantagem de trabalhar com taxas ponderadas de crimes no lugar de número brutos de registros é a possibilidade de padronizar tais indicadores e garantir comparabilidade entre diferentes territórios ou contextos. Tal abordagem permite, por exemplo, comparar a situação de violência e criminalidade vivenciada especificamente pelo município de Passos com o contexto geral de Minas Gerais.

Passos apresentou, ao longo dos últimos anos, indicadores de criminalidade violenta mais baixos do que a média registrada para o estado. A taxa de crimes violentos por 100 mil habitantes esteve abaixo da média registrada para o estado de Minas Gerais em

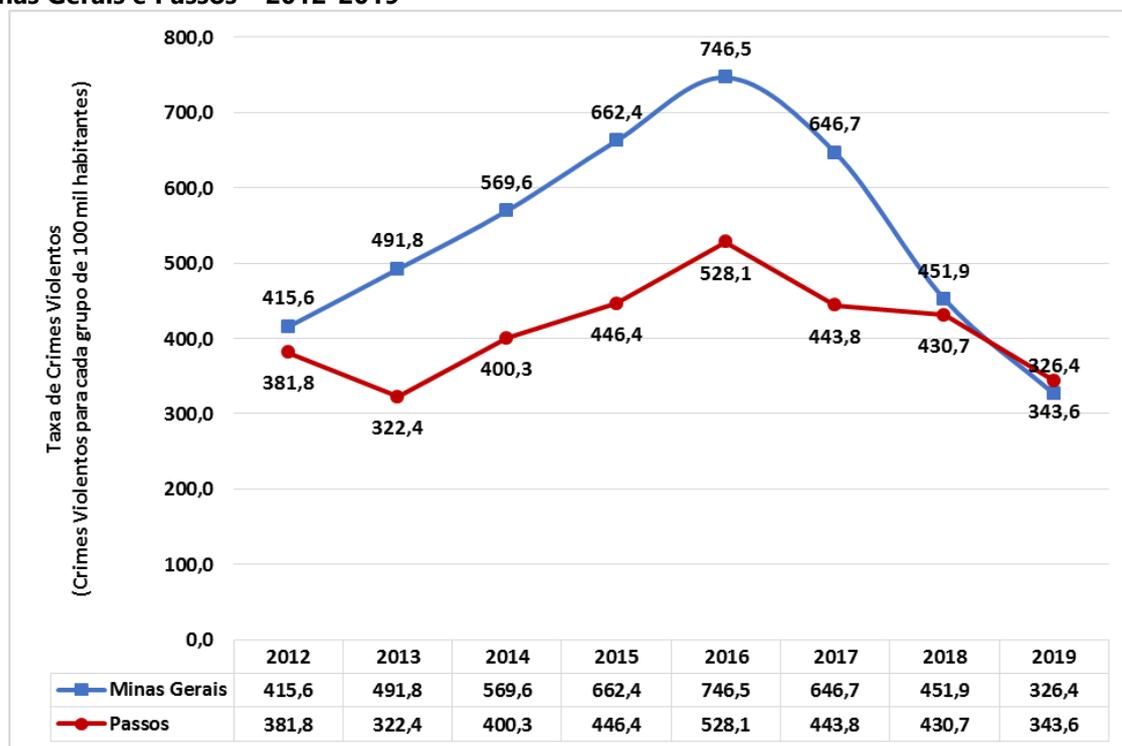
¹ Ainda que com as dificuldades inerentes à qualidade dos registros públicos. Sobre esse assunto, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (instituição sem fins lucrativos que se dedica a promover desenvolvimento técnico e compartilhamento de conhecimento em segurança pública no Brasil) possui conjunto de trabalhos analíticos e metodológicos elaborados com base nos dados disponibilizados pelos entes governamentais. Atualmente, esses trabalhos são algumas das principais fontes de referência sobre informações de segurança pública agregadas para o país (e a qualidade das mesmas) e encontram-se disponíveis para acesso público por meio de seu domínio eletrônico.

² O Observatório de Segurança Pública Cidadã da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (OSPC/Sejusp-MG) é o órgão formalmente responsável por parametrizar e consolidar os dados de segurança pública no estado. A partir das informações dos registros de ocorrências criminais (boletins de ocorrência) realizadas pelas forças policiais mineiras, o OSPC/Sejusp-MG produz relatórios estatísticos e analíticos tanto para a esfera da gestão governamental, quanto para divulgação pública e transparência das ações de segurança pública. Todos os dados quantitativos trabalhados no presente documento foram fornecidos pelo OSPC/Sejusp-MG.

quase toda a série histórica considerada. Além disso, a evolução da taxa de crimes violentos em Passos acompanhou o comportamento da taxa média do estado, registrando elevação entre 2013 e 2016, quando atingem seu pico, e queda a partir de então como pode ser observado no Gráfico 1.

Embora Passos tenha registrado quedas nas taxas de crimes violentos em 2017, 2018 e 2019, elas foram menos acentuadas do que a da taxa média do estado, o que fez com que, em 2018, pela primeira vez no período considerado (2012-2019), as taxas do município e do estado se aproximassem bastante e, em 2019, também de forma inédita no período considerado, Passos apresentasse taxa de crimes violentos por 100 mil habitantes um pouco superior à média estadual. É importante ressaltar, no entanto, que estamos falando de movimentos de queda nas taxas de crimes violentos tanto para Passos, quanto para a média de Minas Gerais nos últimos três anos. O que ocorre é que a queda registrada em Passos, embora expressiva (20,23% entre 2018 e 2019), foi proporcionalmente menor do que a média do estado (27,78% no mesmo período).

Gráfico 1. Evolução das taxas de criminalidade violenta por grupo de 100 mil habitantes em Minas Gerais e Passos – 2012-2019



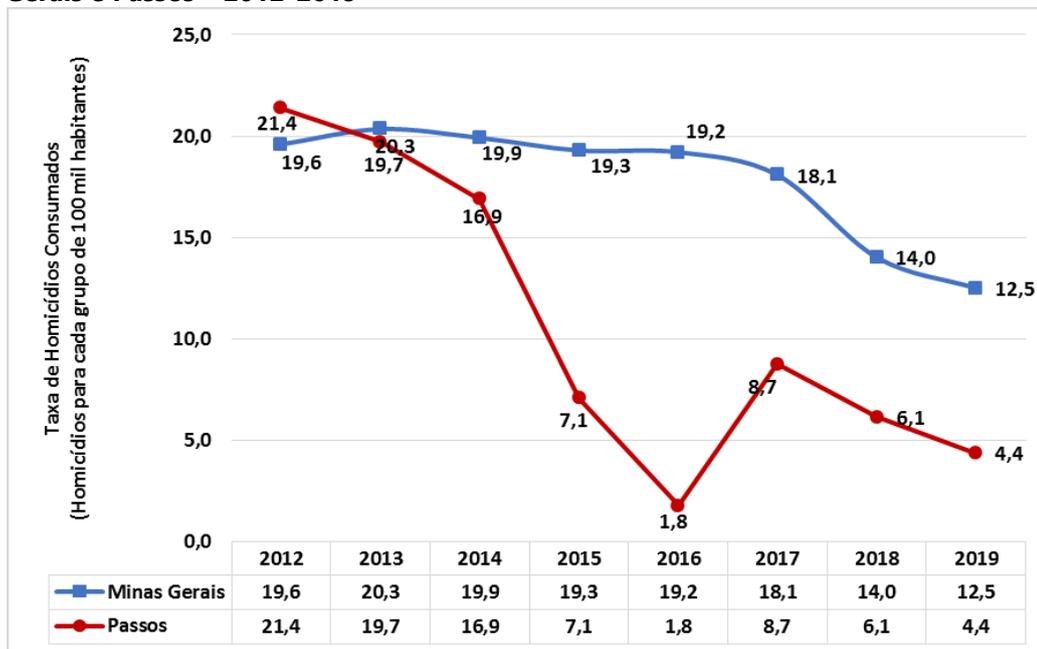
Fonte: Observatório de Segurança Pública Cidadã/Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (OSPC/Sejusp). Elaboração própria.

Desagregando o indicador de crimes violentos e analisando outras modalidades criminais conforme informações disponibilizadas pelo Observatório de Segurança Pública Cidadã da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (OSPC/Sejusp-MG), constata-se que, ao longo dos últimos anos, os problemas de segurança pública no município de Passos relacionaram-se sobretudo a crimes contra o patrimônio (furtos e roubos) e a crimes mais leves contra a pessoa (ameaças e lesões corporais). Vejamos, no entanto, também os indicadores de homicídios e roubos, que são os principais indicadores desagregados das taxas de crimes violentos usualmente analisados para mensurar a criminalidade nos territórios.

A taxa de **homicídios** por 100 mil habitantes em Passos apresentou comportamento geral bastante diferente da média registrada para Minas Gerais na série histórica considerada (2012-2019). Enquanto a média do estado manteve-se relativamente estável entre 2012 e 2016 e apresentou queda a partir daí, a taxa de homicídios de Passos partiu, em 2012, de patamares mais altos do que a média do estado e diminuiu de forma muito acentuada até 2016, tendo voltado a crescer em 2017 (mas ainda em patamares bem menores do que a média do estado) e recuperado a tendência de queda em 2018 e 2019. Ou seja, ainda que se considere o aumento registrado em 2017, pode-se afirmar que, desde 2015, as taxas de homicídios de Passos encontram-se em patamares sensivelmente menores do que a média do estado. Isso pode ser visto no Gráfico 2.

Nos oito anos considerados, 99 pessoas morreram em Passos vítimas de homicídios, enquanto outras 204 ficaram feridas em tentativas conforme pode ser visto na Tabela 1. O número de vítimas de homicídio consumado apresenta uma tendência de queda na série histórica considerada (2012-2019), ainda que se considere a elevação registrada em 2017 em comparação a 2016 (ano que, inclusive, registrou queda mais acentuada do que o comportamento dos anos anteriores). No mesmo sentido vão os números de vítimas de tentativas de homicídio, que também apresentam queda acentuada na série histórica, exceto pelo ano de 2016, onde há uma elevação acentuada – no sentido diametralmente oposto, inclusive, do que acontecia com as vítimas de homicídio consumado (que atingia seu menor número nesse ano).

Gráfico 2. Evolução das taxas de homicídios consumados por grupo de 100 mil habitantes em Minas Gerais e Passos – 2012-2019



Fonte: Observatório de Segurança Pública Cidadã/Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (OSPC/Sejusp). Elaboração própria.

Tabela 1. Número de vítimas de homicídio consumado e tentado em Passos (MG) – 2012-2019

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Vítimas de Homicídio Consumado	23	23	19	9	2	10	8	5
Vítimas de Tentativa de Homicídio	77	32	23	13	37	10	8	4

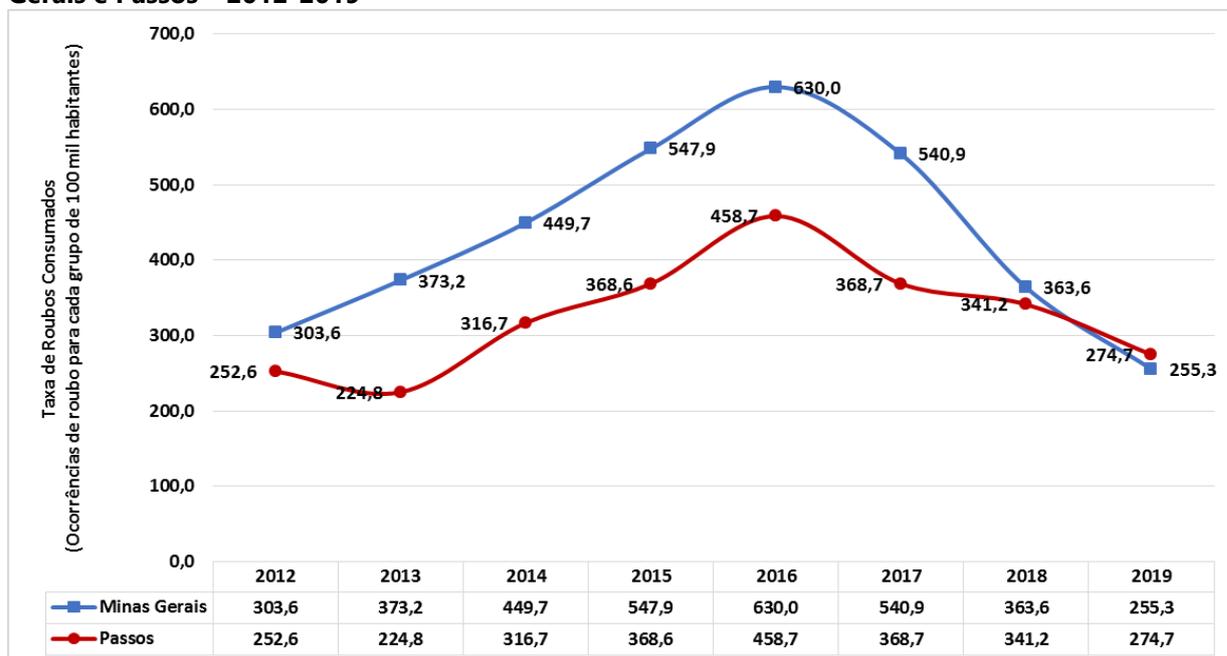
Fonte: Observatório de Segurança Pública Cidadã/Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (OSPC/Sejusp). Elaboração própria.

Como os **roubos** consumados correspondem usualmente à maior parte dos registros que compõem os cálculos de crimes violentos, o comportamento das taxas de crimes violentos segue, portanto, o comportamento das taxas de roubo. Assim sendo, em Passos, tanto as taxas de crimes violentos por 100 mil habitantes quanto as de roubo consumado por 100 mil habitantes estiveram abaixo da média registrada para Minas Gerais em quase toda a série histórica considerada (2012-2019), à exceção de 2019, quando Passos supera a média do estado. Assim também como aconteceu com a taxa de crimes violentos, a evolução da taxa de roubo consumado em Passos acompanhou o comportamento da taxa

média do estado, tendo registrado elevação entre 2013 e 2016, quando atinge seu pico, e queda a partir de então.

Do mesmo modo, assim como aconteceu com a taxa média de crimes violentos, embora Passos tenha registrado quedas nas taxas de roubo consumado em 2017, 2018 e 2019, elas foram menos acentuadas do que a da taxa média do estado, o que fez com que, em 2018, pela primeira vez no período considerado, as taxas do município e do estado se aproximassem bastante e, em 2019, também de forma inédita no período considerado, Passos apresentasse taxa de roubos consumados por 100 mil habitantes um pouco superior à média mineira. Também aqui estamos falando de movimentos de queda nas taxas de roubos consumados tanto para Passos, quanto para a média de Minas Gerais nos últimos três anos, mas uma queda menos acentuada, embora expressiva (19,5% entre 2018 e 2019) em Passos do que no estado (29,77% no mesmo período) conforme pode ser visto no Gráfico 3.

Gráfico 3. Evolução das taxas de roubos consumados por grupo de 100 mil habitantes em Minas Gerais e Passos – 2012-2019



Fonte: Observatório de Segurança Pública Cidadã/Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (OSPC/Sejusp). Elaboração própria.

A Tabela 2 apresenta a evolução do número de registros de roubos no período considerado em Passos. Ao longo dos oito anos em análise, foram registradas 2944 ocorrências dessa modalidade criminosa no município.

Tabela 2. Número de ocorrências de roubo consumado em Passos (MG) – 2012-2019

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Ocorrências de Roubo	272	251	356	417	522	422	389	315

Fonte: Observatório de Segurança Pública Cidadã/Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (OSPC/Sejusp). Elaboração própria.

Desagregando as ocorrências de roubo conforme a Tabela 3³, a seguir, é possível perceber que os principais alvos desse tipo de crime foram estabelecimentos comerciais e transeuntes. Entre 2015 e 2019, foram registradas 754 ocorrências de roubos a estabelecimentos comerciais, 596 ocorrências de roubos a transeuntes e 219 roubos a residências em Passos.

Tabela 3. Número de ocorrências de roubo consumado, por tipo de alvo, em Passos (MG) – 2015-2019

	2015	2016	2017	2018	2019
Ocorrências de Roubo a Estabelecimento Comercial	152	196	142	133	131
Ocorrências de Roubo a Transeunte	126	135	135	120	80
Ocorrências de Roubo a Residência	49	57	36	34	43

Fonte: Observatório de Segurança Pública Cidadã/Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (OSPC/Sejusp). Elaboração própria.

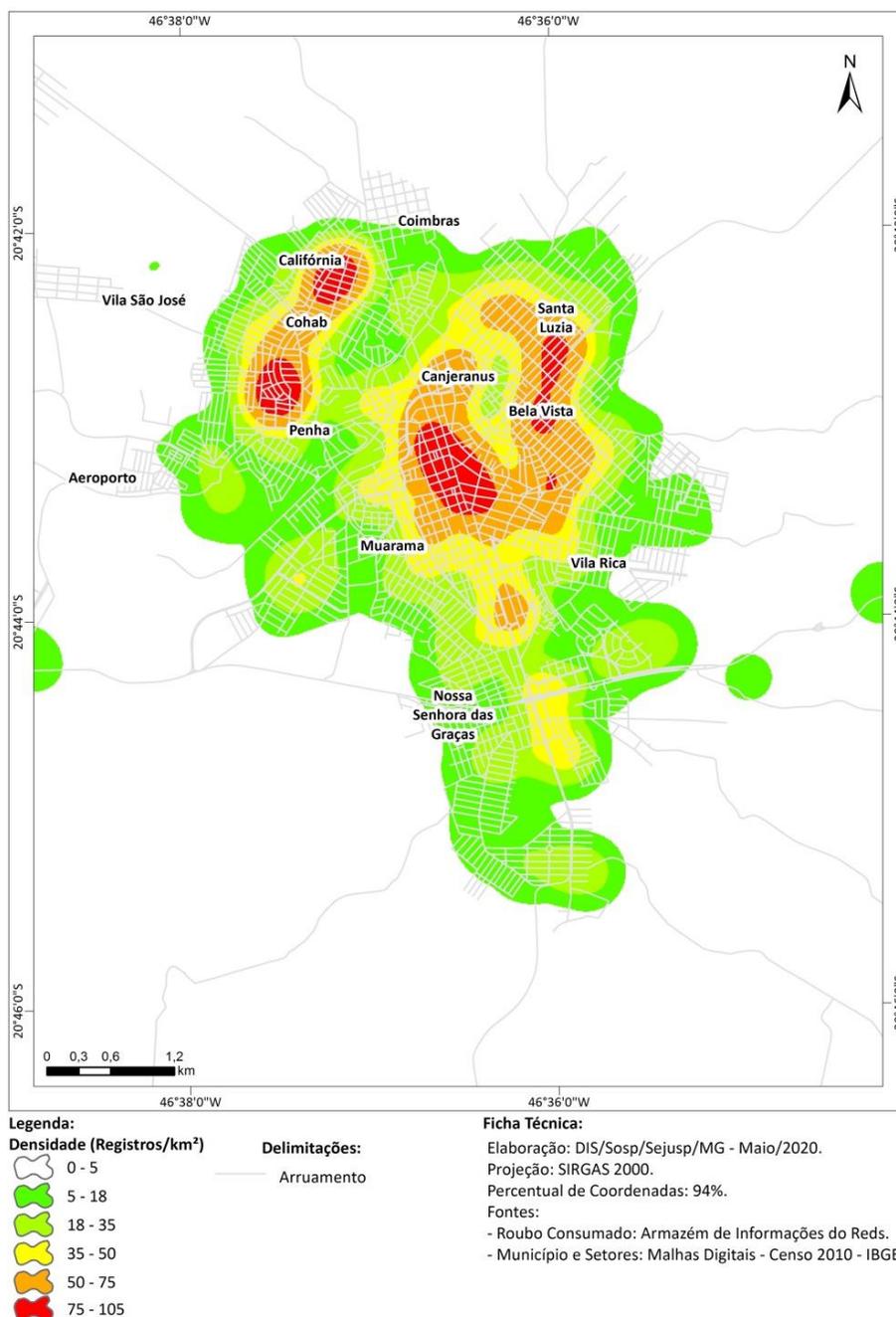
Em termos geográficos, os registros de ocorrências dos dois últimos anos completos (2018-2019) em Passos indicam três regiões na área urbana que concentram a maior parte das ocorrências de roubo: centro (Canjeranus), nordeste (Santa Luiza e Bela Vista) e noroeste (Califórnia, Cohab e Penha) conforme pode ser visto no Mapa 1⁴.

³ Note-se que a Tabela 3 não traz o quantitativo total de roubos consumados registrados em Passos no período em análise (conforme Tabela 2), e sim o quantitativo de ocorrências relativas aos quatro principais alvos usuais dessa modalidade criminal. As demais ocorrências de roubo consumado registradas no período referem-se a outros alvos (por exemplo, cargas e transportes coletivos, entre outros), cuja proporção é menos relevante do que a dos alvos destacados na Tabela 3.

⁴ Os mapas apresentados neste documento são ajustados para focalizarem a zona urbana do município de Passos, onde se concentram a quase totalidade de registros das modalidades criminais aqui analisadas, de forma a ser possível localizar com mais precisão as áreas de concentração. A

Mapa 1. Distribuição espacial das ocorrências de roubo consumado em Passos (MG) – 2018-2019

Concentração de registros de Roubo Consumado na área urbana de Passos, de jan/18 a dez/19



Fonte e elaboração: Observatório de Segurança Pública Cidadã/Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (OSPC/Sejusp).

escolha metodológica pelos anos 2018-2019 para produção das imagens foi feita pelo OSPC/Sejusp-MG, com base na qualidade do georreferenciamento disponível para os registros das ocorrências.

Conforme anteriormente mencionado, além das análises dos principais indicadores gerais de criminalidade acompanhados em Minas Gerais (crimes violentos e desagregação destes para os casos de homicídios e roubos), o Observatório de Segurança Pública Cidadã da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (OSPC/Sejusp-MG) disponibilizou informações que dão conta das principais modalidades criminais mais registradas no município de Passos nos últimos oito anos completos (2012-2019), a fim de contribuir para o delineamento dos padrões locais de incidência criminal específica. Dessa maneira, sobressaíram os registros de furtos (subtração de bens/valores sem emprego de violência ou grave ameaça), no que diz respeito às modalidades de crimes contra o patrimônio e aos registros de ameaças e lesões corporais, no que tange às modalidades de crimes contra a pessoa, motivo pelo qual o comportamento desses três tipos de crimes em Passos será analisado mais detidamente a seguir.

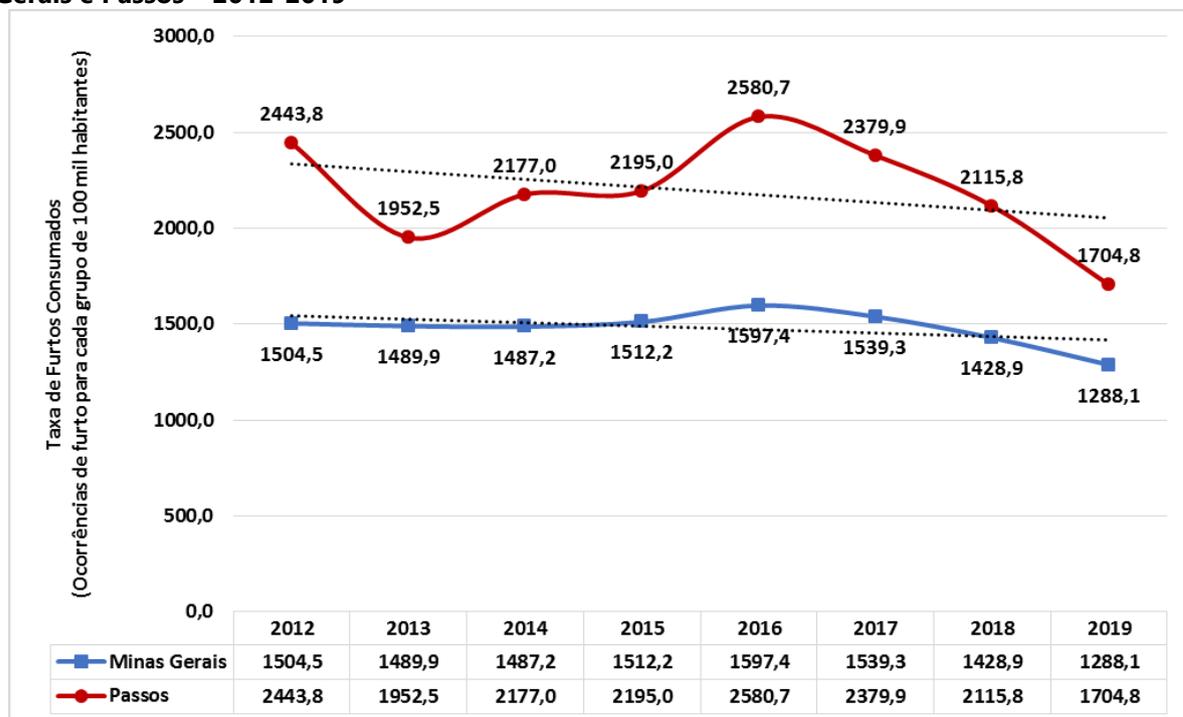
Embora, à primeira vista, sejam crimes “menos gravosos” no comparativo com os demais de suas respectivas modalidades criminais (furto, por não envolver o emprego de violência ou grave ameaça, como o roubo; ameaças e lesões corporais por não comprometerem diretamente a vida como os homicídios), a alta incidência e persistência desses tipos de crime afeta diretamente a sensação de segurança das pessoas e comunidades e a confiança que depositam na atuação das organizações de segurança pública. E mais: por serem produtos de dinâmicas sociais, econômicas, urbanas e comunitárias complexas, requerem um repertório de diagnóstico e intervenção que extrapola os modelos tradicionais reativos da segurança pública. Nesse sentido, apontam para o que foi apresentado na seção anterior quanto à necessidade de o aparato da segurança pública sofisticar seu conhecimento sobre padrões de organização social/comunitária/territorial e perfis de sociabilidade/civilidade que se beneficiariam muito de uma atuação transversal e alinhada com os demais equipamentos de políticas públicas presentes nos territórios.

Assim sendo, se as taxas de roubo consumado registradas em Passos se mantiveram em patamares historicamente menores do que as do restante do estado, o mesmo não pode ser dito para os casos de **furtos**. Em toda a série histórica considerada

(2012-2019), a taxa de furtos consumados por 100 mil habitantes em Passos é bastante superior à média estadual.

2016 foi o ano do período considerado em que Passos apresentou a maior taxa dessa modalidade de crime, 2.580,7 furtos consumados por 100 mil habitantes, enquanto a média do estado para o mesmo ano (também o de maior elevação dos registros na série histórica para Minas Gerais) foi de 1.597,4 furtos consumados por 100 mil habitantes. Essa taxa em 2016 significou um aumento de 17,57% da taxa de furtos consumados por 100 mil habitantes em relação ao ano anterior (2015), quando se registraram 2.195 furtos consumados por grupo de 100 mil habitantes. A partir de 2017, a taxa de furtos consumados por 100 mil habitantes em Passos mantém tendência decrescente, assim como a média de Minas Gerais, embora se perceba leve tendência de maior queda em Passos do que no estado. O Gráfico 4 apresenta essa trajetória.

Gráfico 4. Evolução das taxas de furtos consumados por grupo de 100 mil habitantes em Minas Gerais e Passos – 2012-2019



Fonte: Observatório de Segurança Pública Cidadã/Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (OSPC/Sejusp). Elaboração própria.

A Tabela 4 apresenta a evolução do número de ocorrências de furto consumado em Passos no período considerado. Nos oito anos analisados, foram registradas 19772 ocorrências dessa modalidade de crime em Passos – uma média de mais de seis ocorrências registradas por dia durante todos os anos em análise. Em termos absolutos, é um número muito superior ao de registros da outra modalidade de crimes contra o patrimônio que é relevante na cidade (o crime de roubo, que manteve uma média de uma ocorrência registrada por dia nos oito anos em análise conforme Tabela 2 do presente documento) – ou seja conforme dissemos anteriormente, furto é o tipo de crime contra o patrimônio mais registrado em Passos. E mais: conforme será visto na seção seguinte, essa informação de que o furto é um dos principais problemas de segurança pública da localidade aparece não só objetivamente, no número de registros das forças de segurança pública, mas na percepção dos atores chave entrevistados em Passos.

Tabela 4. Número de ocorrências de furto consumado em Passos (MG) – 2012-2019

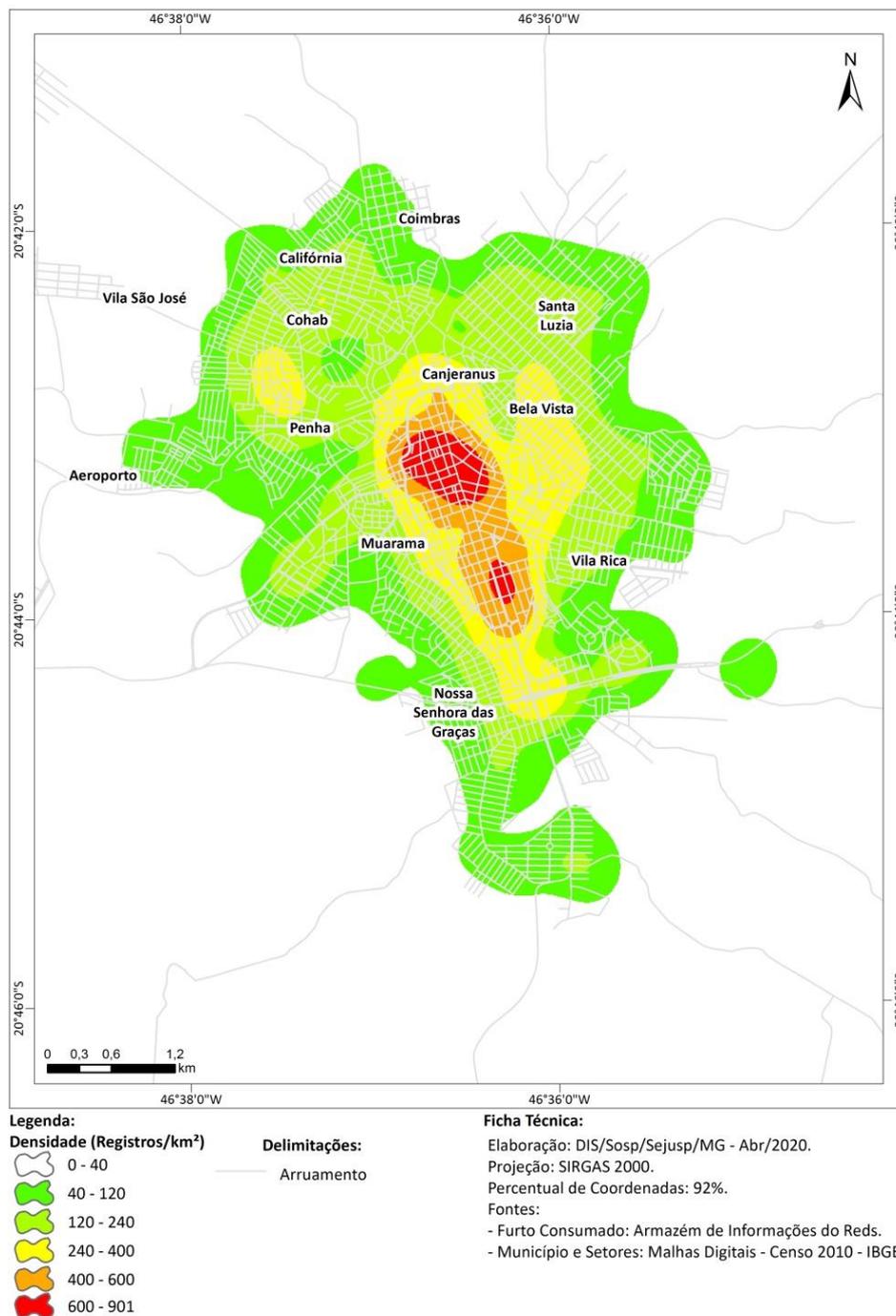
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Ocorrências de Furto	2631	2180	2447	2483	2937	2724	2412	1958

Fonte: Observatório de Segurança Pública Cidadã/Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (OSPC/Sejusp). Elaboração própria.

Em termos geográficos, os registros de ocorrências de 2018-2019 indicam que a região central urbana de Passos concentrou a maior parte dos casos de furto conforme pode ser observado no Mapa 2. Nesse aspecto, o comportamento da incidência criminal dos furtos também difere da incidência dos roubos em Passos – este apresenta relevante espriamento da mancha de registros para as regiões nordeste e noroeste, o que não ocorre tão intensamente para os casos de furto. Uma das hipóteses que normalmente explica a concentração da incidência criminal de furtos em associação à região central urbana diz respeito à concentração das atividades comerciais nessa área, o que também concentra as oportunidades para esse tipo de atividade delituosa, dada a grande circulação de pessoas, mercadorias e valores em um espaço restrito. Essa hipótese parece ter forte capacidade explicativa para o caso de Passos conforme será visto na seção seguinte com os relatos dos atores chave entrevistados no município.

Mapa 2. Distribuição espacial das ocorrências de furto consumado em Passos (MG) – 2018-2019

Concentração de registros de Furto Consumado na área urbana de Passos, de jan/18 a dez/19

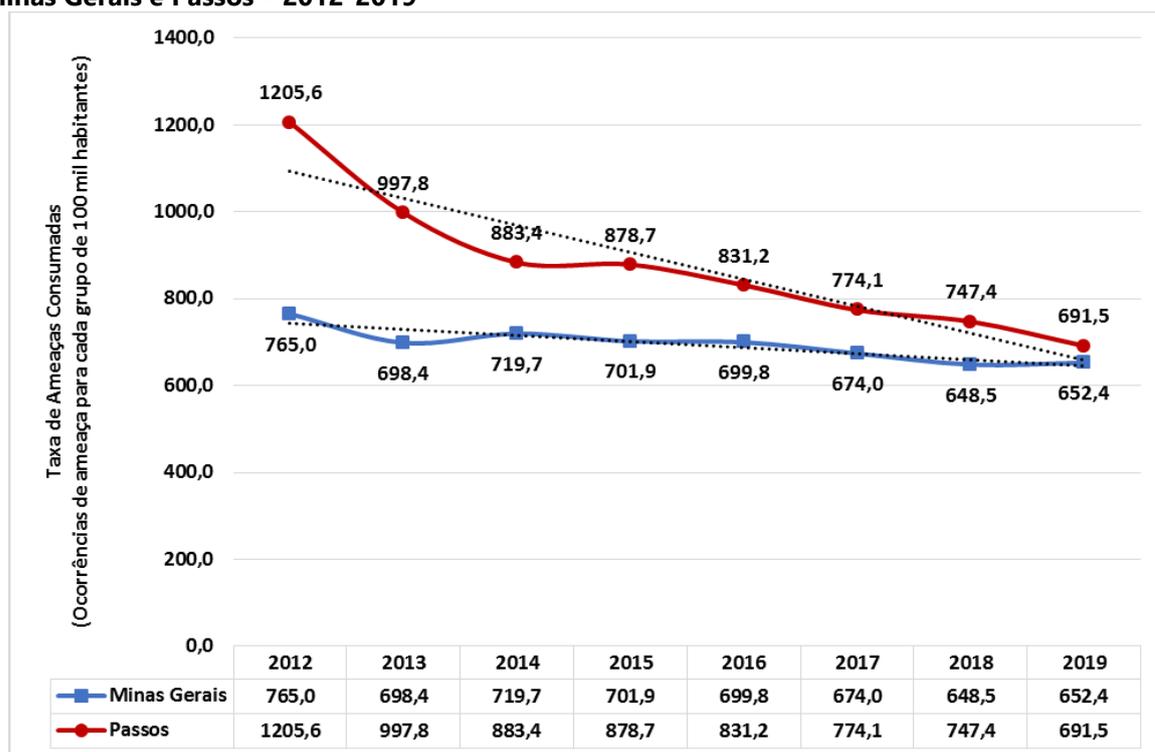


Fonte e elaboração: Observatório de Segurança Pública Cidadã/Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (OSPC/Sejusp).

De outro lado, também conforme anteriormente antecipado, Passos tem nos crimes de ameaça e lesão corporal (crimes contra a pessoa de menor gravidade) outra relevante questão de segurança pública.

Em toda a série histórica considerada (2012-2019), a taxa de **ameaças** consumadas por 100 mil habitantes em Passos é superior inclusive à média do estado de Minas Gerais, ainda que essa distância venha diminuindo bastante nos últimos anos, assim como vem diminuindo o quantitativo geral de registros tanto do estado, quanto de Passos, o que se reflete em taxas continuamente decrescentes para ambos, como pode ser observado no Gráfico 5.

Gráfico 5. Evolução das taxas de ameaças consumadas por grupo de 100 mil habitantes em Minas Gerais e Passos – 2012-2019



Fonte: Observatório de Segurança Pública Cidadã/Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (OSPC/Sejusp). Elaboração própria.

Partindo de um cenário, em 2012, em que foram registradas em média 1205,6 ocorrências de ameaças consumadas por grupo de 100 mil habitantes em Passos, enquanto a média de Minas Gerais encontrava-se em 765 ocorrências por 100 mil habitantes, chegamos a 2019 com índices menores e muito mais próximos: Passos mantém uma média de 691,5

ocorrências por grupo de 100 mil habitantes, muito mais próxima da média do estado, portanto, de 652,4 ocorrências por 100 mil habitantes. A aproximação das taxas demonstra a tendência de queda acentuada dessa modalidade de registros em Passos nos últimos anos, em que pese ainda estarmos falando de índices superiores à média de Minas Gerais.

A Tabela 5, por sua vez, consolida o número de registros de ameaças reportados em Passos no período 2012-2019. Nos oito anos analisados, foram registradas 7876 ocorrências dessa modalidade de crime na cidade, o que corresponde a uma média de 2,7 ocorrências registradas todos os dias durante todos os anos analisados.

Tabela 5. Número de ocorrências de ameaça consumada em Passos (MG) – 2012-2019

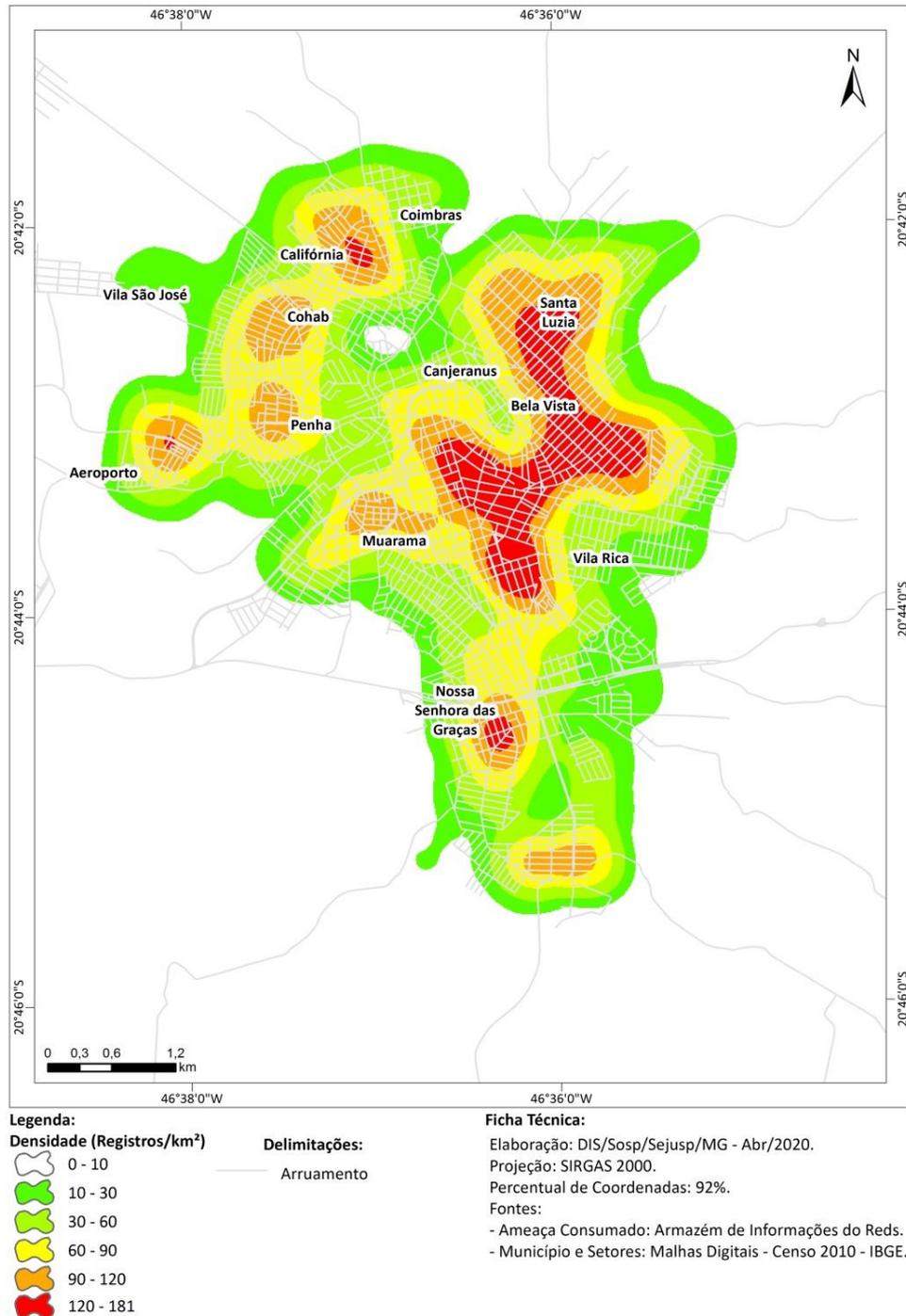
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Ocorrências de Ameaça	1298	1114	993	994	946	886	852	793

Fonte: Observatório de Segurança Pública Cidadã/Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (OSPC/Sejusp). Elaboração própria.

Em termos de distribuição geográfica, os registros de ameaças nos anos 2018-2019 concentram-se majoritariamente na região central e nordeste da cidade, além de pequenas manchas de concentração nas regiões sul e noroeste como pode ser visto no Mapa 3.

Mapa 3. Distribuição espacial das ocorrências de ameaça em Passos (MG) – 2018-2019

Concentração de registros de Ameaça Consumado na área urbana de Passos, de jan/18 a dez/19

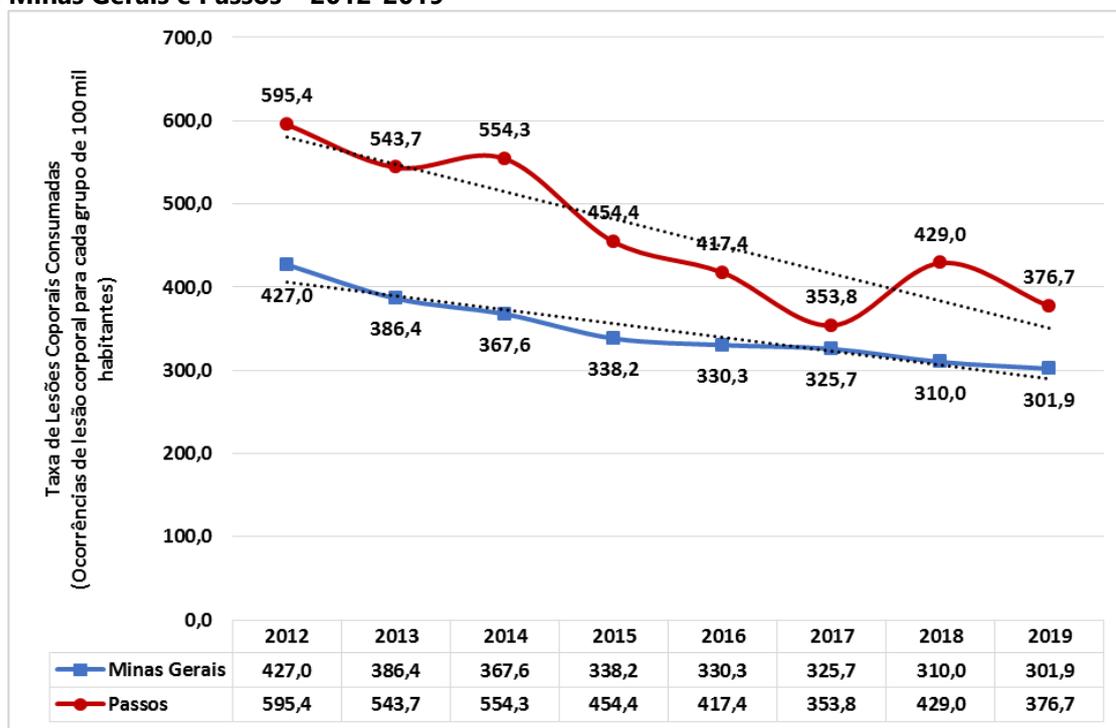


Fonte e elaboração: Observatório de Segurança Pública Cidadã/Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (OSPC/Sejusp).

Da mesma forma que as ameaças, também em toda a série histórica considerada (2012-2019), a taxa de **lesões corporais** consumadas por 100 mil habitantes em Passos é bastante superior à média do estado conforme pode ser observado no Gráfico 6.

A despeito de uma tendência geral de queda na série histórica, Passos registrou em 2014 e 2018 elevações nas taxas de lesões corporais consumadas por 100 mil habitantes. Em 2014, esse aumento foi menos expressivo (1,95% em relação ao ano anterior), dado que foram registradas 554,3 ocorrências por grupo de 100 mil habitantes em 2014, contra 543,7 ocorrências em 2013. Já em 2018, foram registradas 429 ocorrências de lesão corporal consumada por grupo de 100 mil habitantes em Passos, contra 325,7 ocorrências do mesmo tipo no ano anterior, o que significa uma elevação de 21,23% entre os dois anos. Em 2019, a tendência de queda é recuperada, e foram registradas 376,7 ocorrências de lesão corporal consumada por grupo de 100 mil habitantes em Passos, o que corresponde a uma queda de 12,18% nos registros entre 2018 e 2019.

Gráfico 6. Evolução das taxas de lesões corporais consumadas por grupo de 100 mil habitantes em Minas Gerais e Passos – 2012-2019



Fonte: Observatório de Segurança Pública Cidadã/Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (OSPC/Sejusp). Elaboração própria.

A Tabela 6 consolida os registros de lesão corporal de Passos no período 2012-2019, quando as forças públicas fizeram 4187 ocorrências dessa modalidade de crime, ou uma média de 1,4 ocorrência por dia durante os oito anos em análise. É a segunda modalidade criminal mais registrada no município no que diz respeito a conflitos interpessoais.

Tabela 6. Número de ocorrências de lesão corporal consumada em Passos (MG) – 2012-2019

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Ocorrências de Lesão Corporal	641	607	623	514	475	405	490	432

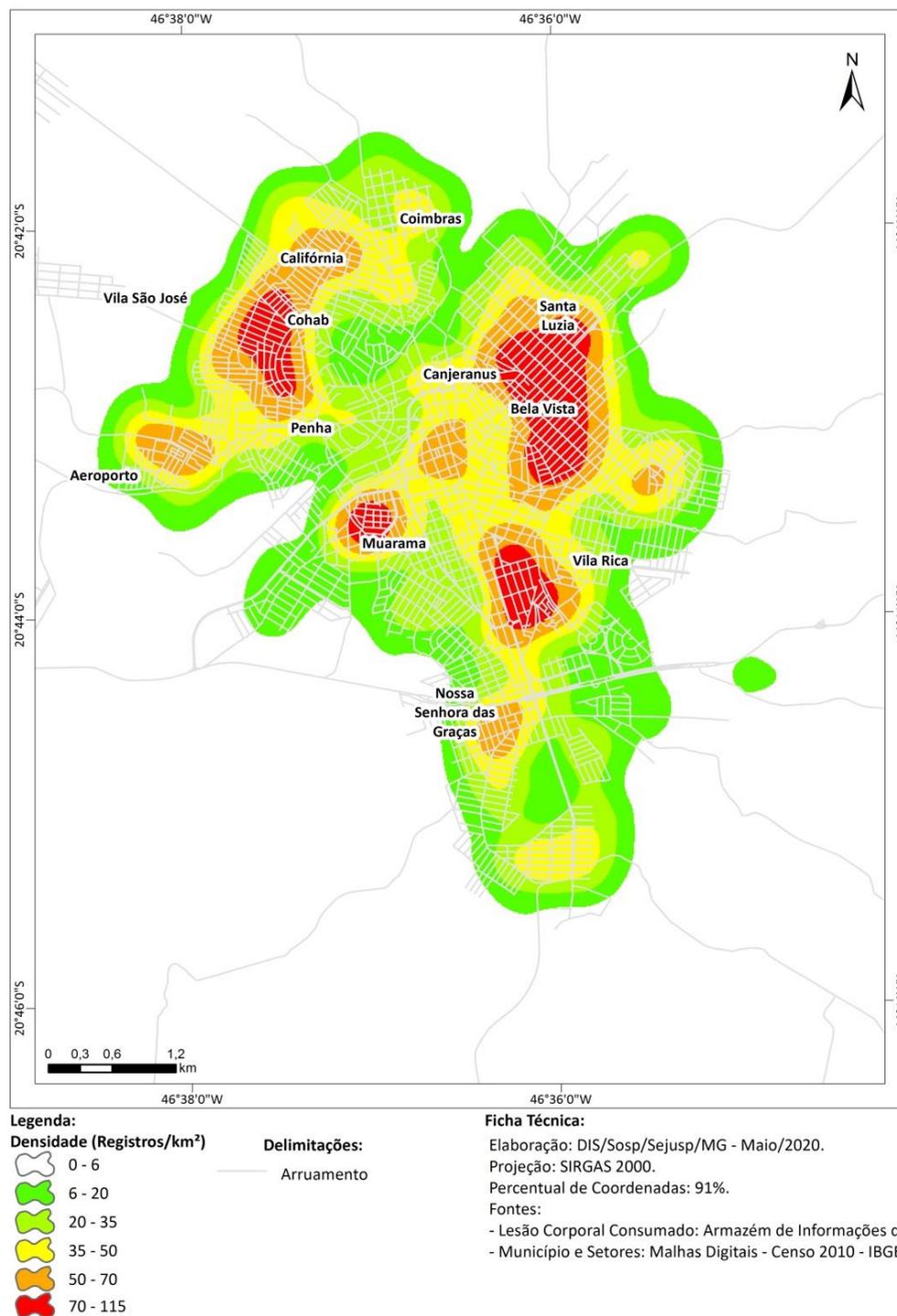
Fonte: Observatório de Segurança Pública Cidadã/Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (OSPC/Sejusp). Elaboração própria.

Em termos de distribuição espacial, as ocorrências de lesão corporal registradas em Passos em 2018-2019 concentram-se majoritariamente em três regiões urbanas: central, nordeste e noroeste. Ainda há pequena mancha na região oeste, como pode ser depreendido do Mapa 4.

Essa distribuição assemelha-se, em alguma medida, à distribuição percebida para os registros de ameaças, o que, intuitivamente, pode ser explicado pelo fato de que ambas as modalidades delitivas dizem respeito a distúrbios interpessoais muitas vezes derivados de mecanismos semelhantes de produção e reprodução de sociabilidades violentas e/ou resolução violenta de conflitos no interior de grupos e comunidades. Novamente, na seção seguinte, as entrevistas com os atores chave trazem elementos que corroboram esse diagnóstico geral.

Mapa 4. Distribuição espacial das ocorrências de lesão corporal em Passos (MG) – 2018-2019

Concentração de registros de Lesão Corporal Consumado na área urbana de Passos, de jan/18 a dez/19



Fonte e elaboração: Observatório de Segurança Pública Cidadã/Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (OSPC/Sejusp).

De modo geral, o que os dados apresentados nessa seção indicam é que Passos vem apresentando melhoras nos padrões gerais de violência e criminalidade, mantendo-se abaixo da média registrada para Minas Gerais nas principais modalidades acompanhadas (crimes violentos, homicídios e roubos) e seguindo, inclusive, uma tendência geral de redução de criminalidade registrada em praticamente todo o estado.

Observa-se, no entanto, uma incidência mais expressiva de crimes leves contra o patrimônio (furtos) e contra a pessoa (ameaças e lesões corporais). Ainda que tais modalidades delitivas não façam parte do espectro de criminalidade tradicionalmente tratado como prioridade pelo Estado, elas se encaixam justamente nas modalidades de violências e conflitos que podem ser tangenciados pela ação do poder público municipal, por meio do desenvolvimento de ações preventivas junto a espaços de sociabilidade e convivência (atuação quanto aos casos de conflitos interpessoais e desordens/incivilidades) e de coordenação entre ações de policiamento e reforço de práticas de vigilância social informal e design urbano (atuação quanto à prevenção ao furto).

3 ENTREVISTAS REALIZADAS COM ATORES CHAVE NO MUNICÍPIO DE PASSOS

O material a seguir apresentado é fruto do trabalho de entrevistas e grupo focal realizados no período de 21 a 25 de outubro de 2019 com atores chave do município de Passos. Foram abordados representantes da Polícia Civil, Polícia Militar, Ministério Público e Defensoria Pública (órgãos estaduais) atuantes no município, representantes da administração municipal (secretarias e equipamentos de administração, saúde, educação e assistência social) e da sociedade civil organizada (Conselho da Cidade e Conselho Comunitário de Segurança Pública). Tais instituições são tidas como centrais para as discussões acerca da segurança pública em Passos, uma vez que se situam em posições fundamentais nos processos de demanda, desenho e implementação de políticas públicas direta e indiretamente relacionadas à prevenção e controle da violência e criminalidade.

Nesses encontros, foram abordados tópicos que podem ser agrupados em duas grandes dimensões conforme a perspectiva de análise que pretendem:

- Dimensão dos fenômenos (ou informações relacionadas aos cenários particulares do território que refletem questões de incivildades, desordem, conflitos, violências e criminalidade) – perguntas sobre: (1) as principais questões que afetam o município, tanto em termos de incivildades/desordens⁵, quanto em termos de criminalidade, em especial a violenta e crimes contra o patrimônio e a pessoa (comportamento no tempo e espaço); (2) as regiões identificadas como problemáticas e eventuais dinâmicas

⁵ Uma distinção relacionada aos papéis desempenhados pelas organizações policiais, particularmente às polícias militares, diz respeito à lei e à ordem. Assim, se por um lado assegurar o cumprimento das leis, respondendo às ocorrências de crimes, se mostra como um papel definidor a ser desempenhado pela polícia, assegurar a ordem não deixa de ser relevante nessa definição, mesmo naquelas situações em que as leis não são diretamente desobedecidas. A lida cotidiana nessas questões de ordem pública, inclusive, é importante parte do tempo despendido pelas forças policiais e um grande potencial para conectá-las mais diretamente à substância do funcionamento das comunidades, seja colaborando na fiscalização de posturas, regulação do trânsito, etc.. Dessas conexões possíveis (e não só da atuação tradicional no enfrentamento aos problemas de criminalidade), podem e devem se beneficiar as administrações públicas municipais, de forma a integrar conhecimentos, capilaridades e ações entre suas próprias políticas públicas e as forças estaduais de segurança e justiça presentes em seu território.

espaciais e socioeconômicas desses territórios; (4) as percepções quanto aos fatores causais de tais fenômenos; (5) perfil de vítimas e agressores em situações de criminalidade e violência; (6) percepção em relação a aspectos particulares do município (exemplos: impacto da unidade prisional existente; existência de demanda e atendimento a públicos vulneráveis etc.).

- Dimensão das respostas institucionais (estruturas e ações do poder público para fazer face à dimensão dos fenômenos) – perguntas sobre: (1) percepções sobre estruturas físicas, condições gerais de trabalho e recursos humanos das organizações de segurança e justiça presentes no município; (2) como são planejadas, definidas prioridades de trabalho e avaliadas as ações das instituições de segurança e justiça presentes no município, sobretudo quanto ao papel dos diagnósticos informacionais e demais ferramentas de gestão; (3) se há articulação sistemática (reuniões, rotinas de trocas de informações e planejamento conjunto) entre as instituições de segurança e justiça e os demais órgãos e equipamentos municipais; (4) a identificação de processos de cooperação das comunidades com instituições de segurança e justiça (ou seja, a atuação, nesse campo de ação pública, de instituições como associações comunitárias, escolas, comerciantes, moradores, conselhos comunitários de segurança etc.); (5) a percepção acerca da imagem que as organizações de segurança e justiça têm junto à população do município.

Instituições do campo da segurança pública e justiça

A **Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG)** em Passos foi abordada pela equipe de projeto por meio de entrevista realizada com representante designado do Comando do Batalhão. O município é sede do 12º Batalhão de Polícia Militar e conta com duas Companhias (64ª Companhia de Polícia Militar, onde atuam aproximadamente 64 policiais, e 266ª Companhia de Polícia Militar, com aproximadamente 34 policiais designados). Além

disso, os destacamentos dos municípios de Cássia e Piumhi respondem ao 12º Batalhão de Passos.

Segundo o entrevistado, a região de Passos identificada como principal foco de problemas de desordem e violência circunscreve-se ao oeste da cidade, mais especificamente nas áreas da Penha, Conjunto Habitacional Santo Antônio e Nossa Senhora de Lourdes. Nessa região, concentram-se conjuntos habitacionais relativamente novos (inaugurados entre cinco e dez anos atrás) com grupos criminais que afetam a própria organização social dos espaços, já que há relatos de que a população local é coagida a não acionar a PMMG para atendimento de qualquer demanda. Isso, segundo o entrevistado, explicaria inclusive o baixo número de registros de crimes contra o patrimônio nessas regiões⁶.

Em relação ao crime de homicídios, na percepção do entrevistado, os poucos registros que atualmente ocorrem são decorrência de conflitos interpessoais momentâneos ou crimes passionais⁷.

Um traço fundamental do cenário criminal de Passos é a presença e atuação da organização paulista Primeiro Comando da Capital (PCC) em seus territórios. A esse grupo é reputada a execução de um grande assalto a banco no município, ocorrido em abril de 2018, quando foram subtraídos R\$ 56 milhões em uma ação que contou com grande estrutura logística (caminhonetes, armamento pesado, drones, radiocomunicadores etc.) e que marcou o ideário da comunidade. Ainda nesse ano, por ordem do PCC (os chamados “salves”), houve em Passos uma onda de violência marcada por queima de ônibus e destruição de patrimônios públicos.

Em termos de respostas institucionais das forças de segurança pública aos problemas de desordem, violência e criminalidade de Passos, o entrevistado relata precária

⁶ A despeito dessa afirmação de que há poucos registros de crimes contra o patrimônio nas regiões citadas (comparativamente à percepção da intensidade dos problemas de desordem e violência do local), conforme pôde ser observado na seção anterior, a região citada é uma das áreas de maior concentração de registros de roubo consumado no município, assim como de ameaça e lesão corporal. Ou seja, ainda que na percepção do entrevistado as forças de segurança pública não consigam ter a real dimensão das questões de violência enfrentadas por essas comunidades devido à possível interferência de grupos criminais organizados, em alguma medida os atendimentos realizados já dimensionam, comparativamente ao restante do município, que esta é uma região que demanda atenção e intervenções focalizadas na perspectiva da segurança pública em Passos.

⁷ Novamente, os dados da seção anterior corroboram a impressão sobre o decréscimo quantitativo de ocorrências dessa modalidade criminal na cidade (vide Gráfico 2 e Tabela 1 deste documento).

relação com a Polícia Civil de Minas Gerais, ausência de rotina de planejamento ou realização de operações conjuntas, nem troca sistemática de informações. Apesar disso, com a participação de representantes do Ministério Público de Minas Gerais atuantes no município, ocasionalmente são realizadas reuniões para alinhamento de ações.

Por sua vez, a **Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG)** conta com estrutura de Delegacia Regional em Passos, onde estão lotados 21 investigadores, sete escrivães, cinco peritos e sete delegados.

Quanto ao cenário geral de violência no município, o representante da instituição entrevistado relata a sensação de que a criminalidade é alta em Passos, ainda que tenha havido queda no número de homicídios nos últimos tempos. Segundo ele, entre 2013 e 2014, houve uma alta nos registros desse tipo de crime derivada de um conflito entre organizações criminosas atuantes no território – o PCC e facção local denominada Comando Terrorista de Minas Gerais (CTMG). Seu depoimento corrobora o do representante da PMMG entrevistado quanto ao reconhecimento da atuação do PCC em Passos. Entretanto, para o entrevistado, a queda recente nas taxas de homicídio na cidade pode ser atribuída ao trabalho da instituição policial civil e, em específico, à equipe de um delegado atuante na localidade.

Ainda segundo o entrevistado, atualmente há uma alta nos crimes de furtos e roubos na cidade, geralmente relacionados com as dinâmicas de uso/tráfego de drogas e também com os crimes de oportunidade⁸.

Há também um agravamento recente de violência contra a mulher, com um adensamento de registros ligados à Lei Maria da Penha aos finais de semana (sobretudo domingo à tarde). Essa é uma demanda que justificou inclusive a estruturação de uma delegacia específica para o atendimento a mulheres, para a qual já foi designada delegada titular.

⁸ Embora os dados da seção anterior apontem movimentos de quedas nos registros recentes dessas duas modalidades de crimes contra o patrimônio, a afirmação de “alta” nas taxas muito possivelmente diz de uma percepção de que estes são efetivos problemas de segurança pública no município, o que se justifica inclusive considerando os mesmos dados da seção anterior – quando apontam, por exemplo, que Passos se mantém historicamente com altas taxas de furtos, superiores até à média do estado de Minas Gerais.

Em termos de acautelamento, não há carceragem feminina na delegacia de Passos, nem na unidade prisional situada no município, o que faz com que as mulheres sob custódia precisem ser encaminhadas a outras cidades, como Itaú de Minas e Monte Santo de Minas. A situação da unidade prisional também é um problema grave, uma vez que há superlotação (em torno de 400 internos para cerca de 160 vagas).

Da mesma forma, há problemas com a estrutura judicial de infância e adolescência no município, visto que não há atendimento imediato, por parte do Judiciário, nem um local específico para o acautelamento de crianças e adolescentes em conflito com a lei. Hoje, o procedimento padrão é fazer a ocorrência e liberar o infrator para posterior avaliação do Judiciário.

Na visão do entrevistado, a falta de efetivo da PCMG é o problema mais grave que a instituição enfrenta, o que afeta diretamente a eleição de prioridades de trabalho entre as equipes. Também relata problemas logísticos relacionados à manutenção das viaturas e ao fornecimento de combustível. No momento, há apenas um funcionário dedicado ao registro de ocorrências, cedido pela Prefeitura Municipal por meio de um convênio cuja manutenção é entendida como fundamental para o suprimento das demandas administrativas da delegacia.

Em termos de relacionamento entre as instituições de segurança pública presentes no município, o entrevistado avalia como boas as relações estabelecidas com a Polícia Militar e a Defensoria Pública.

Para os entrevistados do **Ministério Público de Minas Gerais (MPMG)**, há graves problemas com roubos na região central de Passos (geralmente a transeuntes e estabelecimentos comerciais)⁹, praticados de forma contumaz por jovens em motocicletas. Trata-se, em termos de dinâmica, de uma microcriminalidade difusa e pulverizada nas regiões comerciais da cidade. Identificam que o município enfrenta questões derivadas da mescla de hábitos de vida interiorana com problemas de grandes centros urbanos. A violência contra a mulher também é apontada como um problema sistêmico na cidade, da mesma forma relatada pelo entrevistado da PCMG.

⁹ Essa percepção é corroborada pelos dados apresentados na seção anterior.

Relatam, da mesma forma que os demais entrevistados de PMMG e PCMG, presença relativamente recente do PCC na cidade. Detalham que até 2011/2012, o grupo criminoso “Comando Terrorista de Minas Gerais” (CTMG) tinha hegemonia dentro e fora das cadeias da região de Passos e conseguiu conter a entrada do PCC, mas, depois de conflitos ocorridos nessa época, o PCC conseguiu impor-se. De lá para cá, a facção tem trazido drogas para Passos, na chamada “rota caipira do tráfico”, juntamente com Franca e Ribeirão Preto, e organizado os mercados e redes criminais. Falam em resolução de conflitos por parte do PCC por intermédio de ações de “disciplina” e conciliação, que são modos de organização dos territórios e das atividades já amplamente conhecidos em relação à atuação geral do PCC. Para os entrevistados, hoje há hegemonia do PCC em Passos, e esse território é um braço forte da facção em Minas Gerais. É perceptível que essa hegemonia estenda-se ao comportamento da população, que revela medo em denunciar. Entretanto, na visão do promotor criminal, os julgamentos de homicídios e a prisão de seus autores afetaram os resultados dos indicadores de violência na cidade.

Acreditam que, hoje, a integração com as forças policiais é muito positiva e que isso vem influenciando os indicadores criminais. Relatam reuniões mensais das forças de segurança para alinharem estratégias de enfrentamento ao crime, com o compartilhamento de metas, prioridades e alvos. Em relação à PCMG, aliás, os entrevistados afirmam que a instituição vem perdendo capacidade de trabalho pela transferência de muitos delegados para outras comarcas (perderam quatro delegados recentemente, com apenas uma substituição). Em relação à PMMG, relatam problemas com casos de violência e corrupção policial no passado, que afetaram inclusive as relações institucionais com o MPMG em virtude das investigações desses casos. Atualmente, com a progressiva identificação e punição dos envolvidos e com as mudanças de comandos, as relações estão muito boas.

Defendem a necessidade de organização de uma guarda municipal para ajudar na atividade ostensiva e prevenção à criminalidade.

A **Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG)** de Passos passa pelas mesmas dificuldades de outras do estado, dada a carência de defensores, precariedade da

infraestrutura logística, falta de servidores e estagiários para garantirem suporte às atividades dos defensores. A Defensoria possui metade dos defensores previstos no efetivo, não possui técnicos ou analistas e, na visão dos entrevistados, seria importante a ampliação do suporte já fornecido pela Prefeitura Municipal, que cede um funcionário e cinco estagiários.

Os cinco defensores de Passos estão responsáveis por uma unidade prisional que conta com cerca de 400 presos em menos de 200 vagas disponíveis, além de uma Apac com outras 120 pessoas custodiadas. Sobre a dinâmica prisional, os entrevistados apontam que a maior parte dos presos é da região, mas que os poucos presos vindos de outras áreas do estado costumam ser o maior foco de problemas, liderando negativamente e causando turbulências na unidade prisional. Para eles, a manutenção dos presos perto de suas famílias reduz a tensão carcerária e colabora com o comprometimento deles em relação ao bom cumprimento de suas penas.

A vinda de presos de outras áreas para Passos contribuiu também para a inserção de organizações criminosas como o PCC no sistema prisional local. Há, inclusive, arregimentação de presos para a facção. A direção prisional, dentro de suas limitações, tenta lidar com essa questão impondo restrições às visitas.

Reforçam a informação anteriormente apresentada pela PCMG sobre falta de uma unidade prisional para acolhimento do público feminino.

Quanto à unidade socioeducativa do município, há o relato de que se encontra com muitos adolescentes vindos de fora de Passos, o que também é avaliado como negativo.

O depoimento dos entrevistados coincide ainda com três pontos abordados pelos representantes do MPMG ouvidos: (1) identificam que Passos pertence à “rota caipira do tráfico de drogas” e também situam historicamente a conquista de hegemonia do PCC no município após um conflito com grupos organizados locais em disputa por pontos de tráfico no início da década; (2) enxergam Passos como uma cidade de porte médio com problemas de cidade grande; (3) reconhecem a existência de relatos passados de abusos policiais.

Ainda quanto à dinâmica criminal, percebem na cidade o aumento de roubos e tráfico e queda nos homicídios. Consideram importante aumentar a segurança na cidade por

meio da ampliação das câmeras do “Olho Vivo”¹⁰, uma vez que seria necessário coibir e atenuar a situação de crime para além do centro (onde atualmente o sistema encontra-se em funcionamento), em áreas mais vulneráveis e do comércio. Para o enfrentamento aos casos de roubos, sugerem ainda a instalação de bases móveis da PMMG. Identificam a necessidade de patrulhamento especializado (como o Grupo Especializado de Policiamento em Áreas de Risco (Gepar) em áreas periféricas da cidade e a ampliação de ações preventivas.

Um diagnóstico institucional mais ampliado sobre a situação social do município aponta aumento no número de pessoas que moram na rua, sendo que há um cadastro com mais de 140 pessoas nessa situação em Passos.

O atendimento dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras) é avaliado como bom nos bairros periféricos, e é bom o fluxo de comunicação com a Defensoria. A atuação do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps-AD) carece de melhoria na cidade e de articulação com o nível de assistência prisional e infanto-juvenil – para os entrevistados, há uma associação direta entre os furtos e roubos da cidade e a aquisição de drogas para consumo, com o envolvimento de jovens em situação de abandono escolar, o que também demonstra a necessidade de um Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (Caps-I).

Instituições da Administração Municipal e da Sociedade Civil

Segundo representante da **Secretaria de Administração Municipal de Passos**, os problemas de violência do município estão concentrados nos novos conjuntos habitacionais, nas regiões Cohab IV e V (Penha), Nossa Senhora de Lourdes (CDD) e Santo Antônio¹¹, originadas de programas habitacionais que deslocaram grandes contingentes populacionais para áreas sem infraestrutura. Há relatos de presença do PCC em na Penha.

¹⁰ Sistema de videomonitoramento de espaços públicos implantado inicialmente pelo Governo Estadual em parceria com Prefeituras Municipais e Polícia Militar de Minas Gerais.

¹¹ A seção anterior corrobora, em parte, a percepção do entrevistado. De fato, as áreas apontadas correspondem a regiões com concentrações dos principais tipos de crimes observados em Passos, mas não são representativas da totalidade das manchas criminais do município.

O entrevistado relata também que já foi identificada uma associação entre moto táxis irregulares e criminalidade (tráfico e roubos). São 700 moto taxistas na cidade, mas apenas 110 regulamentados.

Reconhece a demanda pela criação da Guarda Municipal em Passos, mas descarta a essa possibilidade diante da inviabilidade financeira da manutenção da estrutura requerida (previsão da Prefeitura Municipal aponta a necessidade de, no mínimo, 24 guardas no efetivo). Para a proteção do patrimônio municipal, a estratégia adotada pela prefeitura foi a contratação de porteiros-vigias, o que reduziu em 85% as ocorrências nos próprios municipais, principalmente de furtos, que tinham alta incidência.

Passos conta com sistema de videomonitoramento de espaços públicos (denominado sistema “Olho Vivo”) desde 2005, quando foi instalado pelo Governo do Estado de Minas Gerais, pela antiga Secretaria de Estado de Defesa Social (Seds)¹². Ao final de 2015, a Prefeitura de Passos assumiu o sistema. São 16 câmeras, monitoradas pela PMMG de dentro das instalações do batalhão, operadas por servidores cedidos pela prefeitura (dois servidores por turno). As câmeras estão hoje instaladas no centro comercial da cidade e nas principais vias de acesso (área bancária e Avenida da Moda). Está em fase de estudos a expansão do sistema para áreas periféricas e saídas da cidade. O Olho Vivo ***(?) (Vai se usar aspas ou não? Padronizar)*** hoje tem um custo mensal de 55 mil reais. A expansão (16 novas câmeras) está orçada em 500 mil reais. Há também um estudo sobre a viabilidade de aquisição de sistema de reconhecimento facial e leitura de placas automotivas como reforço para as ações de segurança no município.

A Prefeitura de Passos mantém convênios com a PMMG (750 mil reais anual para o videomonitoramento; 120 mil reais para serviços - em 2018; 60 mil reais anual para o policiamento de trânsito), Tiro de Guerra – Exército (280 mil reais anual), PCMG (240 mil reais anual) e Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais (CBMMG, 39 mil reais anual). Esses recursos são utilizados para custeio de infraestrutura (água, luz, telefone, manutenção de prédios, viaturas etc.) e aluguéis. Havia também um convênio com a Apac por meio do qual os sentenciados trabalhavam para a prefeitura, mas foi encerrado. Atualmente, a prefeitura

¹² Atual Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (Sejusp-MG).

oferece ajuda financeira com pequenos problemas na unidade prisional e na APAC, mas de maneira informal.

O entrevistado informa que Passos possui Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Segurança Pública (GGIM), do qual fazem parte a prefeitura, PCMG, PMMG, MPMG e Poder Judiciário, mas não há periodicidade fixa de reuniões (são “aproximadamente mensais” e operacionalizadas por chamamento), nem metodologia de trabalho definida.

As equipes de assistência social e atendimento a públicos específicos foram reunidas em um grupo focal para o presente trabalho. Estiveram presentes representantes do **Conselho Tutelar (CT), Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Centro de Referência de Assistência Social (Cras), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de Passos (Cramp) e Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro-POP).**

A percepção geral é de que a estrutura de assistência social está defasada. A cidade cresceu muito nos últimos anos, e estrutura atual já não consegue dar conta da demanda. Além disso, alta rotatividade de profissionais provocada pelo sistema de contratações implica queda de qualidade da política. O município tem duas unidades de Caps-AD, mas não tem Caps-I. Também não há serviço de emergência psiquiátrica, e faltam psicólogos para atendimento nos equipamentos. No Conselho Tutelar, também há o diagnóstico de saturação da capacidade em relação à demanda de atendimento. Há demandas não atendidas não só quanto à infância, mas quanto à população idosa e pessoas com deficiência.

O Centro-POP é mantido por *ong* ligada à Igreja Católica e atende população moradora de rua. São oferecidos 50 atendimentos por dia, com café, almoço, banho e lavanderia, além de 12 vagas de albergue masculinas e quatro femininas. Há relatos recentes de violência contra essa população.

São recorrentes problemas com violência doméstica, abuso sexual e lesões corporais¹³, sobretudo com crianças e idosos. São dinâmicas delicadas (“violência silenciosa e silenciada”, nas palavras dos presentes), que chegam aos Cras, ao Conselho Tutelar e ao Cramp e que são encaminhadas aos Creas.

Não há, no entanto, protocolo de repasse de informações entre polícias Civil e Militar e instituições da assistência social, e reconhece-se um problema de articulação entre as instituições de assistência social, saúde, educação e segurança pública. Os representantes do Poder público, segundo os presentes, não comparecem com sistematicidade às reuniões dos conselhos.

Em que pese essa desarticulação, a extinção do portfólio de atendimento à violência doméstica por parte da PMMG foi pontuada negativamente, porque se reconhecia sua importância. Ainda em relação às instituições policiais, há dificuldade de diálogo com grupos específicos (como população trans, por exemplo), e isso é um fator que dificulta o acesso desses públicos aos serviços das forças de segurança pública.

Os problemas de violência são vistos como concentrados nos bairros Novo Horizonte e Conjuntos Habitacionais Santo Antônio e Nossa Senhora de Lourdes (CDD). Nesses locais, percebe-se forte governança criminal, funcionários dos Cras são coagidos a não acionar as forças policiais. Exatamente nessas localidades houve o encolhimento recente da presença das instituições de segurança pública, com a extinção do Gepar no bairro Novo Horizonte.

Há vagas no sistema socioeducativo municipal, que gere as medidas em meio aberto, mas as equipes gestoras enfrentam resistência da comunidade nos processos de reinserção desses jovens.

Quanto ao **sistema municipal de educação**, Passos conta com 24 escolas municipais e cinco creches conveniadas, atendendo a 8,5 mil alunos.

Há um diagnóstico de nítido desequilíbrio das matrículas entre as unidades localizadas em áreas periféricas, onde há vagas ociosas, e escolas mais centrais, com excesso

¹³ Essa informação é corroborada pela seção anterior, no levantamento de informações quantitativas sobre as principais naturezas de crimes registradas em Passos.

de demanda. As escolas localizadas em territórios periféricos são abertas aos finais de semana para uso dos equipamentos pela comunidade. Nesses locais, prioritariamente, procura-se fortalecer o conselho de pais para maior interlocução e formação de vínculos entre escola e comunidade.

É unânime entre as equipes que atuam nas escolas situadas nessas áreas periféricas a opinião sobre contextos de forte controle criminal dos territórios: “a violência é uma rotina na vida social das comunidades” segundo relatam. Há cenários como venda de drogas nos entornos das escolas, vigilância de mobilidade/controles de acesso e parentes de alunos fortemente envolvidos com redes criminais. Conselhos de pais e escolas não se envolvem ou intervêm em contextos criminais porque não há interferência no espaço físico das escolas, embora se reconheçam os fortes impactos sobre o comportamento e o rendimento escolar dos alunos. Já há a avaliação de forte evasão escolar em contextos de maior violência, no que relatam como uma competição simbólica para os alunos da periferia entre o controle do crime e as ideias de ordem tradicional. Há, ainda, problemas com crianças vítimas de violência doméstica e sexual.

Assim como as equipes da assistência social, os entrevistados do sistema de educação municipal correlacionam o incremento dos níveis de criminalidade à implantação dos conjuntos habitacionais em um movimento de crescimento e ocupação desordenada dos territórios, onde se reconhecem mecanismos de governança criminal do PCC, com a conhecida estrutura interna da organização paulista de “disciplinas” e “gerentes”, determinando as regras de ordem e sociabilidade. Segundo essas regras, as escolas não têm qualquer problema com vandalismo ou invasões, mas há intimidação de funcionários sempre que a polícia é acionada (“a polícia incomoda” no território, segundo relatos).

Não há programas pedagógicos específicos para trabalhar a temática da violência com os alunos, assim como não há articulação consistente entre entidades que atuam nos territórios e poderiam dar suporte a essas e outras ações, como Conselho Tutelar, Saúde e Assistência Social, que só atuariam sob demandas específicas.

Considerada uma iniciativa indispensável para lidar com os problemas dos territórios, a rede pública não comporta, neste momento, educação em tempo integral em

todas as unidades. Hoje, 14 escolas oferecem educação em tempo integral (entre elas, uma na zona rural).

Acredita-se que o município possui diversas quadras e equipamentos de lazer que ociosos, ocupados por redes de tráfico de drogas e que deveriam ser revitalizados e aproveitados por programas de atividades para jovens. Embora haja algumas iniciativas desse tipo com apoio de empresas e instituições, não é uma prática disseminada em Passos.

No que diz respeito ao **sistema municipal de saúde**, Passos conta com 23 equipes de Saúde da Família, quatro unidades básicas de saúde (UBS), um consultório de rua, dois Caps-AD, residência terapêutica, uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), um ambulatório geral de especialidades e um hospital de referência (Santa Casa), estrutura na qual trabalham 790 servidores da saúde.

Os representantes entrevistados relatam que chegam ao sistema municipal de saúde problemas de violência doméstica e sexual, sobretudo contra mulheres e crianças, e nos territórios mais vulneráveis. Também falam sobre conflitos entre servidores da saúde e moradores de alguns territórios, ocasiões em que ocorreram ameaças e agressões. Em relação ao público jovem atendido pelo sistema de saúde, é muito sentida a ausência de um Caps-I no município, que apresenta grande número de casos de depressão e suicídio entre adolescentes.

A percepção geral é de que a situação de segurança pública piorou muito nos últimos dez anos, com o crescimento desordenado da cidade. O ápice da percepção de violência é o ano 2014, quando foram registrados homicídios com esquartejamento, degolações e decapitações. Novamente, assim como em diversas entrevistas anteriores, as áreas Conjunto Santo Antônio, Penha e Novo Horizonte são identificadas como as mais problemáticas, associadas à forte presença de armas de fogo, intervenções policiais violentas e tiroteios. O problema das drogas foi citado recorrentemente como um dos mais graves e desemprego e prostituição.

Os entrevistados relatam episódios de arrombamentos a unidades de saúde em anos anteriores, o que não ocorre mais devido à proibição dessa prática pelos traficantes que

dominam os territórios (há relatos, inclusive, de que traficantes teriam ordenado a devolução de equipamentos roubados nas unidades de saúde). Esse domínio se estenderia também à mobilidade nas comunidades, com casos em que as equipes de saúde enfrentaram restrições de circulação e “toques de recolher”.

Nas unidades de saúde, há casos de mutilações e torturas em decorrência de punições impostas pelos traficantes, mas a comunidade e as vítimas não denunciam nem retornam para continuar o tratamento. Até mesmo os casos de violência que chegam ao conhecimento das equipes de saúde só podem ser denunciados anonimamente, sob risco de o denunciante, uma vez identificado, ser pessoalmente ameaçado e impedido de trabalhar nos territórios. Com isso, parece ter se estabelecido uma rotina de medo entre os servidores no que diz respeito ao repasse de casos de violência para providências de outros órgãos - no máximo, acionam Conselho Tutelar e Assistência Social e, ainda assim, de forma esporádica e caso a caso.

Os entrevistados admitem que o sistema municipal de saúde não possui articulação efetiva com outros serviços públicos e que a articulação existente é apenas entre seus próprios equipamentos. Apontam, por fim, que mesmo no campo da saúde há deficiências no funcionamento de algumas instâncias, como conselhos e comitês, considerados incapazes de garantir a continuidade de suas pautas.

No tocante à sociedade civil organizada, foram entrevistados representantes do **Conselho Comunitário de Segurança Pública (Consep)** e do **Conselho da Cidade (Concid)** de Passos, que relataram que o Consep de Passos foi criado em 2006 e atualmente é formado por empresários, servidores públicos e profissionais liberais. O Consep não tem sede, nem corpo de funcionários – todo o trabalho é voluntário. Suas reuniões para discutir os problemas de segurança pública do município são trimestrais, mas já chegaram a ser mensais (entre 2013/2014), quando Passos viveu um pico de violência atribuído a conflitos entre organizações criminais – relatos recorrentes nas demais entrevistas. PMMG, PCMG, CBMMG e sistema prisional têm comparecido às reuniões.

O conflito entre as organizações criminais e a hegemonia reconhecida do PCC em Passos a partir de 2014 dominam as narrativas sobre o contexto da segurança pública

municipal. Além disso, destacam-se problemas de mobilidade urbana e transporte público que promoveram o crescimento do serviço de moto taxi no município e, com ele, o crescimento de modalidades de crimes contra o patrimônio praticados com o uso dessas motocicletas – o que vai ao encontro dos relatos do representante da Secretaria de Administração Municipal. Há também problemas de iluminação pública que prejudicam não só a mobilidade urbana, mas a sensação de segurança da comunidade.

As áreas identificadas como problemáticas em Passos também coincidem com os relatos dos demais entrevistados (Astério, Santo Antônio e demais conjuntos habitacionais). Assim como também já mencionado em entrevistas anteriores, relatam a existência de episódios de violência policial há alguns anos. Como ações relevantes para a melhoria da segurança pública em Passos, sugerem escolas em tempo integral, opções de lazer na periferia, criação da Guarda Municipal e reforço no transporte público e iluminação pública.

Atualmente, na visão dos entrevistados, o Consep tem como função quase exclusiva ser uma instância de financiamento do custeio das organizações de segurança pública de Passos. Recursos de transações penais são recebidos pelo Consep e repassados aos órgãos para financiar manutenção de viaturas, reformas emergenciais na unidade prisional situada no município e infraestrutura geral das instituições. O Poder Judiciário tem sido importante fonte de recursos para o Consep, tendo destinado para aplicação entre os anos de 2018 e 2019 o montante de 92 mil reais.

Quanto à mobilização social para a pauta da segurança pública em Passos, afirmam que têm tentado atrair outras organizações da sociedade civil para os trabalhos do Consep, mas a mobilização tem sido muito aquém do que seria necessário. A entidade foi muito atuante até 2015, depois se esvaziou. Passos tem Associação Comercial e Sindicato Rural, que são organizações muito fortes, mas que não têm se envolvido com problemas de segurança pública.

Segundo os entrevistados, a articulação entre instituições públicas no município é muito precária. Quanto aos órgãos de segurança pública em particular, dizem que não há colaboração sistemática e efetiva, não há rotina de diagnóstico, planejamento ou atuação conjunta. Há a queixa de falta diálogo, em sentido amplo, com a sociedade civil: há carência de transparência quanto aos índices criminais e resultados das ações das forças de segurança

pública, não há abertura para discussão de seus planejamentos e recebimento das sugestões da comunidade, de forma que o atendimento às demandas é feito de forma pontual, específica, sempre em caráter emergencial e reativo.

4 CONCLUSÃO: DIRETRIZES E AÇÕES EM SEGURANÇA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE PASSOS

O material até aqui apresentado aponta um conjunto de temas que devem ser considerados na revisão do Plano Diretor de Passos quanto à segurança pública. Tendo como referência o plano teórico apresentado na primeira seção deste documento, as informações quantitativas que dão o contorno geral do contexto da temática no município constantes da segunda seção e as dimensões técnico-analíticas mobilizadas na organização das percepções os atores chaves entrevistados conforme exposto na terceira seção, esta parte final pretende consolidar os principais achados do que hoje caracteriza o cenário da segurança pública de Passos e lançar mão de proposições gerais, apropriadas ao conteúdo de um plano diretor municipal, que possam não só contribuir para o tratamento dos mais relevantes problemas diagnosticados, mas também para a reorientação das forças públicas na promoção de políticas de segurança pública mais efetivas, integradas e garantidoras de direitos.

Em primeiro lugar, salta aos olhos a referência praticamente universal dos interlocutores entrevistados à facção Primeiro Comando da Capital (PCC), oriunda de São Paulo e presente de forma hegemônica nas narrativas apresentadas. Ainda são marcantes nos depoimentos sobre todos os eventos de 2012/2014, com a guerra entre o PCC e o CTMG, e a consequente explosão das ocorrências de homicídio na cidade. A memória recente de todos os interlocutores também está marcada pelo assalto cinematográfico de 2018 a agência bancária no município, ação também atribuída ao PCC. As polícias militar e civil reconhecem a existência ou a influência de suas ações em Passos. Os membros do MPMG apontam para a hegemonia da facção na criminalidade local, e os interlocutores das políticas sociais evidenciam, no seu dia a dia, um cotidiano de regulação, pelo PCC, da vida social na periferia da cidade, que domina territorialmente alguns bairros e normatiza, segundo seus critérios, a paz social, a previsibilidade do cotidiano, e o funcionamento das políticas públicas.

Em segundo lugar fica claro, também, que a falta de integração das políticas sociais no município produz impactos negativos do ponto de vista da segurança pública. Foi percebido um evidente descompasso entre as políticas de saúde e as outras políticas sociais. As evidências demonstram que maior integração entre as políticas de proteção às crianças e

adolescentes, juventude, educação, saúde, esportes e assistência social poderiam impulsionar substantivamente a capacidade de a Prefeitura Municipal abordar os fenômenos tangenciais à segurança pública, seja sob a perspectiva preventiva, seja a partir do desenho de redes de enfrentamento, incluindo atores da segurança pública e atores das políticas sociais. Programas transversais ao conhecimento, às redes e capacidades destas políticas podem e devem ser implementados pela Prefeitura Municipal, no sentido de potencializar a atuação de suas políticas sociais, reorientando-as para também agirem, de forma preventiva, à ocorrência dos fenômenos sociais produtores de vulnerabilidades e vitimizações associadas à violência e à criminalidade. As referências também sistêmicas ao uso abusivo de drogas, à violência doméstica, à violência de gênero e à depressão e ao suicídio juvenil clamam pela necessidade e conveniência de políticas preventivas específicas, que podem auxiliar o município a lidar com as complexidades do seu contexto social.

Em terceiro lugar, destaca-se o potencial de alinhamento ainda não explorado entre a Prefeitura Municipal e o aparato das instituições de segurança pública presentes no Passos no que diz respeito à utilização dos canais de relação já existentes. Os primeiros deles que merecem menção são os convênios mantidos com essas forças. A Prefeitura Municipal de Passos vem investindo grande soma de recursos no apoio à infraestrutura e ações do aparato de segurança pública instalado, o que é uma ação necessária e positiva na perspectiva do apoio mútuo desejado entre os entes governamentais responsáveis pela prestação de serviços públicos no nível local. Todavia, negociações e ajustes específicos nas contrapartidas desenhadas para as organizações conveniadas podem produzir efeitos de grande monta no que diz respeito ao compartilhamento de informações, interlocução e participação no desenho das prioridades da segurança pública no município, apoio da segurança pública em ações transversais aos programas e políticas sociais que venham a atuar na interlocução dos fenômenos associados às violências (tais como políticas sociais voltadas ao uso abusivo de drogas, à prevenção das violências sexual e de gênero, proteção da infância, adolescência e da população idosa, dentre outras). Mais do que reproduzir as missões e obrigações tradicionais das organizações de segurança pública, as contrapartidas dos instrumentos de convênios entre o município e as forças de segurança se revestiriam em

verdadeiros lastros institucionais para o fortalecimento do desenho de políticas de segurança pública municipal.

Arrematando tal desenho, a instância do Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Segurança Pública (GGIM) poderia e deveria ser fortalecida enquanto espaço institucional por excelência para a promoção das interlocuções necessárias na temática da segurança pública municipal, operacionalizando não só o acompanhamento das parcerias formais existentes, mas também e fundamentalmente funcionando de forma efetiva como articuladora das pautas dessa temática. Para tanto, é imprescindível que o GGIM seja compreendido e tomado como instância institucional relevante e prioritária para o ente municipal, que ganhe sistematicidade de funcionamento, metodologias e rotinas que colaborem para o desenvolvimento de sua missão. Esse seria o espaço onde seriam construídos sistematicamente os diagnósticos institucionais locais sobre as principais questões de segurança pública no município e pactuadas ações integradas específicas, com a mobilização, sensibilização e parceria de todas as instâncias de segurança e justiça e das políticas municipais sociais. Assuntos que apareceram recorrentemente nos dados quantitativos e nas percepções dos atores ouvidos e que poderiam se beneficiar do espaço de coordenação municipal da segurança pública são, por exemplo, o impulsionamento de programas aproximação polícia-comunidade para lidar com incivilidade e desordem e de programas de policiamento comunitário em suas diversas ações, a recuperação e o incentivo ao uso e à ocupação de espaços públicos degradados nas comunidades periféricas, o equacionamento dos problemas de iluminação e mobilidade urbana como catalizadoras de sensação de insegurança e ocorrência de crimes de oportunidade contra o patrimônio, o apoio da segurança pública às políticas públicas de educação, saúde e assistência social instaladas no território quanto ao reconhecimento e tratamento dos casos de vulnerabilidades e violências.

Por fim, outro elemento que fica evidente nos relatos apresentados é a baixa aderência e/ou participação da sociedade civil e do empresariado local às ações do campo da segurança pública. O poder executivo municipal, como polo aglutinador da institucionalidade municipal, pode agregar e incentivar a participação popular e da sociedade civil organizada (os clubes de serviço, o Sindicato Rural e A Associação Comercial e Industrial

de Passos entre outros) na temática da segurança pública, congregando esforços, recursos e, especialmente, capacidades para a resolução das complexidades do município nessa área.

Nessa seara, é fundamental o reconhecimento, por parte da institucionalidade pública, para o fortalecimento da atuação do Conselho Comunitário de Segurança Pública (Consep) como instância por excelência de organização e vocalização das demandas da sociedade civil no que diz respeito às pautas da segurança pública. O Consep precisa ser visibilizado, estruturado e considerado como interlocutor com conteúdo, demandas e proposições, para além de seu papel direcionador de recursos de investimento para as forças de segurança pública. Além disso, é canal fundamental para transparência das ações de segurança pública e para o estabelecimento de pontes de diálogo com a comunidade local, com efeitos potenciais na melhoria das relações entre Estado e sociedade, da imagem e confiança nas instituições de segurança pública.

Os relatos, também universais, da sensação difusa de insegurança vivida pelos cidadãos no tecido urbano da cidade, especialmente à noite, são evidência substantiva de que as soluções a serem pensadas e implementadas para a recuperação da qualidade de vida do cidadão nesta dimensão passam, também, pela participação e responsabilização social. Percepção de violência, medo de vitimização e ocorrência de crimes são fenômenos distintos e independentes. Mesmo em regiões ou territórios em que o registro da ocorrência de crimes é baixo, pode haver um forte sentimento de medo da população, motivado por percepções de insegurança em função de problemas de ordem ou desorganização social, ou pela ocorrência de um ou poucos eventos exemplares. Assim, parte das ações de segurança, muitas vezes, incide sobre essas percepções, e não sobre a ocorrência de crimes propriamente dita. Ações como essas não são diretamente mensuráveis, como a ocorrência de crimes, e podem incluir melhorar a capacidade de vocalização das comunidades em relação aos problemas e sensibilidade institucional quanto aos processos de escuta, priorização e oferecimento de respostas.

Diretrizes e proposições preliminares

Tendo em conta todo o exposto até o momento, as seguintes diretrizes para a segurança pública em Passos orientam a elaboração das proposições para a Revisão do Plano Diretor de Passos quanto ao tema Segurança Pública:

- ✓ A democratização do acesso aos serviços e o fortalecimento da participação da população na discussão das demandas de segurança pública municipais;
- ✓ A melhoria da gestão, do alinhamento, do acesso e da qualidade de informações, ações e serviços de segurança pública;
- ✓ A manutenção das parcerias com as organizações policiais a partir:
 - ✓ Do desenvolvimento de programas e ações de segurança pública tendo como base a territorialização, as necessidades de segurança da população local, a priorização das populações de maior risco, a hierarquização dos serviços e o planejamento das ações de segurança;
 - ✓ Do intercâmbio de ideias, valores e programas com o aparato municipal de saúde, educação e assistência social.

A seguir apresentam-se algumas proposições preliminares para a discussão entre os interlocutores municipais. Elas foram organizadas a partir das duas grandes dimensões analíticas (fenômenos e respostas institucionais) que orientaram a constituição das entrevistas com os atores chave municipais e foram desdobradas a partir do produto de tais encontros.

Quadro 1. Revisão do Plano Diretor de Passos. Proposições para a temática da Segurança Pública (continua)

Dimensão	Eixos técnico-analíticos	Ações sugeridas
Fenômenos (Cenários de incivilidades, desordens, violências e criminalidade)	Hegemonia do PCC nas periferias de Passos	<p>Confecção de um diagnóstico compreensivo, financiado pela prefeitura e sociedade civil de Passos, a ser realizado por instituição de pesquisa ou universitária, sobre a hegemonia do PCC nas periferias da cidade e suas consequências.</p>
		<p>Desenvolvimento de políticas sociais específicas para a prevenção de vulnerabilidades e violências associadas à hegemonia do PCC nas periferias.</p>
	Violências contra públicos específicos	<p>Compartilhamento de diagnósticos entre as políticas sociais e de segurança pública e desenho de ações coordenadas específicas para temáticas identificadas como prioritárias (por exemplo, violência doméstica e intrafamiliar, proteção a infância e adolescência, idosos, dentre outros).</p>
Criminalidade urbana e sensação de insegurança	<p>Diagnóstico, sistematização e priorização de demandas de design urbano e intervenções nos espaços públicos, regulação urbana e atuação das políticas públicas que possam interferir, prevenindo ou mitigando, questões que afetem a sensação de insegurança e/ou efetivamente se apresentem como problemas de criminalidade ligados à organização do tecido urbano (exemplos: iluminação e mobilidade, regulação dos serviços de transporte alternativo em moto taxi, dentre outros).</p>	

Quadro 1. Revisão do Plano Diretor de Passos. Proposições para a temática da Segurança Pública (continuação)

Dimensão	Eixos técnico-analíticos	Ações sugeridas
<p>Respostas institucionais (Atuações do Poder Público frente a questões diretas e indiretas da pauta da segurança pública)</p>	<p>Integração das políticas sociais</p>	<p>Desenvolvimento de programas de integração das políticas sociais municipais, visando o compartilhamento de ideias, operacionalidades, valores, redes e objetivos integrados à pauta da segurança pública.</p>
	<p>Compartilhamento de Informações e objetivos entre a municipalidade e as organizações de segurança pública e justiça</p>	<p>Estruturação (metodológica, técnica e operacional) e reposicionamento do Gabinete de Gestão Integrada Municipal de Segurança Pública (GGIM) como instância coordenadora, efetivo espaço de promoção de diagnósticos, desenho de prioridades e estratégias entre os atores da segurança pública e justiça e de promoção de alinhamento com as demais áreas de políticas públicas sociais municipais.</p>
		<p>Reorientação da utilização dos instrumentos dos convênios entre a municipalidade e as organizações do sistema de segurança pública, em especial suas contrapartidas, visando à operacionalização do compartilhamento de dados e informações, assim como o alinhamento com demandas, prioridades e estratégias de atuação.</p>
	<p>Participação da sociedade civil e do empresariado local</p>	<p>Retomada do protagonismo do Conselho Comunitário de Segurança Pública (Consep) junto à governança da segurança pública local.</p>
		<p>Desenvolvimento de iniciativas sistemáticas de participação popular e da sociedade civil organizada nos programas municipais de prevenção à violência.</p>
		<p>Desenvolvimento de iniciativas de coparticipação da sociedade civil e do empresariado local na recuperação e uso/ocupação de espaços públicos degradados.</p>